



Universidade Católica do Salvador

Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade

ANDRÉ AUGUSTO ARAÚJO OLIVEIRA

**A “CIDADE DOS AUSENTES” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
URBANIZAÇÃO: análise da implantação do PAC/UAP em comunidades
do Subúrbio Ferroviário (Salvador/BA)**

Salvador

2022

ANDRÉ AUGUSTO ARAÚJO OLIVEIRA

**A “CIDADE DOS AUSENTES” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
URBANIZAÇÃO: análise da implantação do PAC/UAP em comunidades
do Subúrbio Ferroviário (Salvador/BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Aparecida Netto Teixeira

Salvador

2022

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

O48 Oliveira, André Augusto Araújo
A “cidade dos ausentes” e as políticas públicas de urbanização: análise da
implantação do PAC/UAP em comunidades do Subúrbio Ferroviário(Salvador/BA/
André Augusto Araújo Oliveira. – Salvador, 2022.
98 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
De Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira.

1. Territórios populares 2. Comunidades 3. Urbanização de favelas
4. Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos
Precários (PAC/UAP) 5. Salvador/BA. I. Teixeira, Aparecida Netto - Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação. III. Título.

CDU 711.4(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO


ANDRÉ AUGUSTO ARAÚJO OLIVEIRA

A “CIDADE DOS AUSENTES” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO: análise da implantação do PAC/UAP em comunidades do Subúrbio Ferroviário (Salvador/BA).

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 31 de maio de 2022.

Banca Examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Aparecida Netto Teixeira - UCSAL (orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Laila Nazem Mourad (Examinadora interna)



Prof.(a) Dr.(a) Elisamara de Oliveira Emiliano (Examinadora externo - UFBA)

*Àqueles que lutam pelo direito à cidade e àqueles
que trabalham para garanti-lo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora em primeiro lugar, aos Orixás, bem como a todos os Seres Espirituais que pela força da inspiração me conduz, pois, sem Eles, eu não teria forças suficientes para vencer essa longa jornada.

À minha tia-avó Valdiria Oliveira (Minha-Rainha), *in memoriam*, fonte de doçura e inspiração, meu Santo Amaro em riqueza, beleza e significação.

A meus pai Carlos Alberto do Espírito Santo Oliveira, *in memoriam*, e Gildete Fátima Araújo Oliveira que me educaram, compreenderam e sempre me incentivaram a estudar e me aprimorar cada vez mais ao longo dos anos.

Aos meus avós maternos Tomick dos Santos e Araújo e Eugênia de Jesus Araújo, *in memoriam*, e meus tios Georgina Alcantara e Valberto Alcantara, herança cultural, educacional e espiritual que me compreenderam e sempre me incentivaram.

Esse trabalho é o resultado de troca de experiências com todos os que, de alguma forma, contribuíram para a construção desse caminhar.

Agradeço a minha orientadora, Aparecida Netto Teixeira, por conduzir meus passos nesta pesquisa de forma exigente e dedicada, mostrando-se a todo momento um portal aberto de conhecimento.

Às Profas. Elisamara Emiliano e Laila Nazem Mourad pelas importantes contribuições na Banca.

Às professoras Cristina Maria Alencar, Débora da Porciúncula, Maya Manzi, Laila Mourad e Liana Viveiros, agradeço por apresentarem importantes discussões sobre o direito à cidade, a moradia e a função social da propriedade despertando em mim um novo olhar.

A todos os demais professores/as do Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade, da Universidade Católica do Salvador pela troca enriquecedora dos ensinamentos interdisciplinares.

A amiga de caminhada Professora Mestre Liane Monteiro Santos Amaral pela linda caminhada que tivemos, e que me ensinou a descobrir e redescobrir entre lágrimas e sorrisos, o sentido da profissão.

“É muito difícil você vencer a
injustiça secular, que dilacera o
Brasil em dois países distintos: o
país dos privilegiados e o país dos
despossuídos”.

Ariano Suassuna. Escritor, poeta e romancista 2018.

RESUMO

O processo acelerado de urbanização nas cidades brasileiras resultou em distintas formas de cidade, tendo a desigualdade social como elemento central. Em Salvador, a partir da década de 1940 pode-se registrar diversas ocupações coletivas que foram se ampliando ao longo dos anos, com poucas intervenções do poder público na qualificação destas áreas. Em 2007, com a implantação do programa federal intitulado “Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Favelas (PAC/UAP)”, foram retomadas pelo governo federal as obras de infraestrutura urbana, com repasse de recursos financeiros aos governos estaduais e municipais, a partir do acúmulo de experiências em intervenções de urbanização de assentamentos populares. Em Salvador foram aplicados recursos financeiros em dezesseis assentamentos populares, dos quais destacam-se aqueles localizados no Suburbio Ferroviário - Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel - que serão impactados pelo projeto do monotrilho do governo estadual. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a implementação do projeto do PAC-UAP em Salvador versus a “cidade dos ausentes”, a partir dos conceitos de ausência, invisibilidade e silenciamento e das narrativas e memória dos moradores. A metodologia adotada está fundamentada em pesquisa exploratória qualitativa, pautada em uma abordagem fenomenológica, com a realização de entrevistas e aplicação de questionários. Como resultados tem-se que apesar da implementação do PAC/ UAP nas comunidades estudadas ter resultado em algumas melhorias, deve-se considerar que a voz das pessoas continuam abafadas por técnicos e técnicas do Estado, ou de empresas privadas, que silenciam e invisibilizam estas comunidades. Faz-se necessário que intervenções sejam construída de maneira efetivamente participativa, atendendo aos anseios da comunidade. Estima-se através deste trabalho contribuir para a identificação de novos caminhos de pensar e de sentir o urbano, vendo a cidade integralmente, abrangendo os valores sociais, culturais e afetivos do lugar, os quais devem ser considerados nos processos de intervenção urbana, principalmente, em relação aos territórios populares.

Palavras-chave: Territórios Populares. Comunidades. Urbanização de favelas. Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC/UAP). Salvador/BA.

ABSTRACT

The accelerated process of urbanization in Brazilian cities resulted in different forms of city, having social inequality as a central element. In Salvador, from the 1940s onwards, several collective occupations can be recorded that have expanded over the years, with few interventions by the public authorities in the qualification of these areas. In 2007, with the implementation of the federal program entitled “Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Favelas (PAC/UAP)”, urban infrastructure works were resumed by the federal government, with the transfer of financial resources to state and municipal governments, from the accumulation of experiences in urbanization interventions in popular settlements. In Salvador, financial resources were invested in sixteen popular settlements, of which those located in the Suburbio Ferroviário - Alto do Bom Viver, Bananeiras and Maria Isabel - stand out - which will be impacted by the monorail project of the state government. In this context, the objective of this work is to analyze the implementation of the PAC-UAP project in Salvador versus the "city of the absent", based on the concepts of absence, invisibility and silencing and the narratives and memory of the residents. The methodology adopted is based on qualitative exploratory research, based on a phenomenological approach, with interviews and application of questionnaires. As a result, although the implementation of the PAC/UAP in the communities studied has resulted in some improvements, it must be considered that people's voices continue to be muffled by State technicians and technicians, or by private companies, which silence and invisibilize these communities. It is necessary that interventions are built in an effectively participatory manner, meeting the needs of the community. It is estimated through this work to contribute to the identification of new ways of thinking and feeling the urban, seeing the city in its entirety, encompassing the social, cultural and affective values of the place, which must be considered in the processes of urban intervention, mainly, in relation to popular territories.

Keywords: Popular Territories. Communities. Urbanization of slums. Program for Accelerated Growth/Urbanization of Precarious Settlements (PAC/UAP). Salvador BA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: MAPA DE APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES	48
Figura 2: MAPA DA COMUNIDADE DO ALTO DO BOM VIVER	50
Figura 3: COMUNIDADE DO ALTO DO BOM VIVER	51
Figura 4: CONTENÇÃO DA COMUNIDADE DO ALTO DO BOM VIVER	52
Figura 5: MAPA DA COMUNIDADE DE BANANEIRAS	53
Figura 6: MAPA DA COMUNIDADE DE MARIA IZABEL	54
Figura 7: OBRAS DE CONTENÇÃO DA COMUNIDADE MARIA IZABEL	55
Figura 8: CONTENÇÃO DA ENCOSTA COMUNIDAD ALTO DO BOM VIVER	69
Figura 9: CONTENÇÃO DA ENCOSTA COMUNIDAD ALTO DO BOM VIVER	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: CLASSIFICAÇÃO POR GRUPOS DAS OBRAS DO PAC-UAP	47
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PERCENTUAL DE GÊNERO	61
Gráfico 2: PERCEPÇÃO MORADORES QUANT A ESTRUTURA COMUNID	62
Gráfico 3: FAIXA ETÁRIA	62
Gráfico 4: OCUPAÇÃO PRINCIPAL	63
Gráfico 5: GRAU DE ESCOLARIDADE	63
Gráfico 6: CLASSIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA COMUNIDADES	65
Gráfico 7: SOBRE A ONDE RESIDE OS ENTREVISTADOS	66
Gráfico 8: QUANT PERCENT PARTICIPAÇÃO COMUNIDAD ENTREVISTA	66
Gráfico 9: SOBRE SITUAÇÃO GERAL COMUNIDAD PERCEP MORADORES	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área De Proteção Ambiental
APRN	Área De Proteção De Recursos Naturais
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
CEP/UCSAL	Conselho De Ética E Pesquisa Da Universidade Católica Do Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IPEA	Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
PAC	Programa De Aceleração Do Crescimento
PAC-UAP	Programa De Aceleração Do Crescimento/Urbanização De Assentamentos Precários
PDDU	Plano Diretor Do Desenvolvimento Urbano
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
OBSERVASSA	Observatório De Bairros De Salvador
OMS	Organização Mundial De Saúde
RA	Região Administrativa
VLT	Veículo Leve Sobre Trilhos
ZEIS	Zona Especial De Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Abordagem Metodológica	19
2 AUSÊNCIA, INVISIBILIDADE E SILÊNCIO COMO FORMA DE PODER	25
2.1 A ausência	27
2.2 A invisibilidade	30
2.3 O silêncio como poder.....	34
2.3.1 Sobre o silêncio e silenciamento: ação poderes assimétricos tráfico e Estado	37
3 O PAC-UAP SEUS DESDOBRAMENTOS TERRITÓRIOS POPULARES SSA/BA	43
3.1 Conhecendo o PAC-UAP: breve contextualização.....	43
3.2 O PAC-UAP nos territórios populares de Salvador.....	46
3.3 Intervenções nas comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel.....	49
3.3.1 Impactos da pandemia nos territórios populares	56
4 NARRATIVAS, DISCURSOS DO PAC-UAP NAS COMUNIDAD ESTUDADAS	61
4.1 As narrativas dos moradores	62
4.2 A falácia do espantalho: o “poder” que exclui e invisibiliza os territórios	71
4.3 Análise dos resultados e perspectivas futuras	74
4.3.1 Abrindo a janela: o olhar sobre a participação social	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP da Universidade Católica de Salvador	85
APÊNDICE A – TCLE (Entrevistas Semi estruturadas)	88
APÊNDICE B – TCLE (Questionário Online)	89
APÊNDICE C – Termo de Autorização de Uso de Áudios e Depoimentos	90
APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada	91
APÊNDICE E – Roteiro para Questionário Online da percepção dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador/Bahia	94

APÊNDICE F – Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada (CONDER)	96
APÊNDICE G – Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada (EMPRESAS)	97

1 INTRODUÇÃO

A expansão das áreas urbanizadas/industriais produziu consequências para a sociedade, com destaque para o êxodo rural que foi um dos principais fatores de desequilíbrio entre o urbano e o rural, modificando as estruturas das cidades, já que as pessoas que moravam no campo eram levadas a residir nos centros urbanos em detrimento do processo de “desconstrução” do campo e fortalecimento do processo fabril.

Neste sentido, entendemos que o processo acelerado de urbanização nas cidades brasileiras resultou em distintas formas de cidade. Em Salvador, não é diferente, a cidade abriga muitas “cidades”, de diferentes características, onde a desigualdade social é o elemento central. Segundo estudos da geografia urbana, a cidade é caracterizada como áreas onde há concentração demográfica, econômico-social, bem como pelo uso diversificado do solo, onde se concentram atividades administrativas, de comércio e de serviços, mas, também industriais e residências, sendo estas planejadas e/ou espontâneas. Vê-se, então que a geografia urbana atua no espaço combinado e desigual, que tem a função de identificar e explicar as estruturas, funções e formas espaciais, bem como os processos que resultam da dinâmicas sociais. Dessa forma, podemos considerar quando Corrêa (1995) diz sobre o espaço urbano como sendo:

O espaço capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capitais, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA 1995, p. 11).

Nesta perspectiva, Salvador, assim como várias cidades brasileiras, é palco e pauta de muitas disputas e de relações conflituosas, na qual se pode constatar distintos projetos de poder e intervenções autoritárias, tanto na esfera pública, quanto privada. Na cidade atualmente vivemos uma amplificação das tensões sociais que se manifestam em formas variadas de exclusão, segregação e/ou separação.

A partir da década de 1940, a cidade registra um intenso crescimento demográfico em decorrência principalmente da migração rural/urbana com a intensificação da ocupação pela população de menor renda de antigos casarios e de áreas que estavam à margem dos interesses do setor imobiliário. Na literatura brasileira essas áreas são comumente denominadas favelas.

(BRANDÃO, 1978; GORDILHO-SOUZA, 2000; PEDRÃO, 2005). De acordo com Licia do Prado Valladares (1998), que acompanha a trajetória da categoria favela desde seu aparecimento na história da cidade do Rio de Janeiro, quando começa a ser tratada como “problema social” até sua transformação em objeto de estudo das ciências sociais, destaca-se a ausência de serviços públicos, bem como de um mercado de trabalho amplo, gerando uma dependência da favela dos bairros vizinhos.

No período de 1940 a 1960 registra-se o acréscimo populacional significativo de Salvador em decorrência da retomada do crescimento econômico, principalmente a partir da descoberta do petróleo, em 1941, no município de Candeias (SANTOS, 2008) e posteriormente da implantação de grandes unidades industriais nos municípios do entorno. a partir da década de 1960. Neste período registra-se o crescimento populacional de 126%, passando de 290.443 hab, em 1940 para 655.735 hab em 1960 (SILVA, H. S.; PEREIRA, 2015; ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, 2009). É neste contexto que surge, em 1946, a primeira favela da cidade - Corta-braço, no bairro da Liberdade, e posteriormente, Alagados, na Península de Itapagipe. Posteriormente, no final da década de 1960 e início da década de 1970, muitas comunidades foram deslocadas de seu local de moradia em decorrência da implantação, pelo poder público, de projetos viários a exemplo da Avenida Antônio Carlos Magalhães; da Avenida Tancredo Neves e da Avenida Luís Viana Filho (Av, Paralela), concebidos ainda na década de 1940 pelo Escritório de Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS).

Para retomarmos à origem do termo favela temos que nos reportar ao livro *Os Sertões* no qual o autor descreve as condições que levaram ao massacre de um povoado inteiro, descrevendo a terra, o nordestino, e a luta do homem por si e pelo seu lugar. Euclides da Cunha discorre sobre a guerra de Canudos ocorrida entre 1896-1897, descrevendo uma região do sertão baiano em que os fiéis do beato Antônio Conselheiro tinham se assentado. No livro o autor se reporta a uma “elítica curva fechada ao sul por um morro, o da *Favela*, entorno da larga planura ondeante onde se erigia o arraial de Canudos [...]” (CUNHA, 1984, p.32). Aqui, começa a utilização do termo que dá nome ao que hoje conhecemos como “favela”, pois que, o nome do morro segundo o autor devia-se a uma planta comum por ali, as favelas, esta que era ainda anônima para a ciência, pelos sábios ignorada, mas, intimamente conhecida pelos gentílicos e/ou tabaréus da época.

O que podemos constatar é que o papel da origem botânica da palavra na obra de Euclides acaba aí. Pois, ocorre que no morro da Favela, acamparam estrategicamente as tropas federais enviadas para esmagar Canudos. Se formos de Euclides ao etimologista Antenor Nascentes temos que, veteranos da campanha ao voltarem para o Rio de Janeiro. ocuparam o Morro da Providência e pressionaram o Ministério da Guerra para construir casas para suas famílias.

Nesse sentido, o morro, seja como lembrança da campanha, seja por alguma similaridade de aspecto ou por estar sobranceiro à cidade, como o de Canudos, passou a denominar-se “Favela”, tornando esse nome e/ou termo nacionalmente conhecido, e que passou a ser associado a pobreza e violência. Entretanto, apesar dessa associação, no âmbito da compreensão e interpretação da ação coletiva, a favela é muito mais do que essa ideia aparente.

Sabe-se que as intervenções através de políticas públicas de urbanização e/ou na regularização fundiária principalmente para as áreas mais consolidadas, de um modo geral, não são satisfatórias haja vista, que o olhar do poder público para esses espaços se dá de maneira excludente e invisibilizadora. Nesse contexto, a perspectiva de integração da favela à cidade pode ser considerada como uma imposição autoritária de uma estética que busca formalizar e uniformizar os espaços urbanos (JACQUES, 2001), através de um planejamento que resulta da aplicação equivocada de políticas, programas e leis urbanísticas, que deveriam garantir aos indivíduos dessas comunidades o acesso à cidade, mas não o fazem.

Analisar as comunidades e/ou territórios populares localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, no âmbito da presente pesquisa, implica analisar a “cidade dos ausentes”, a partir de uma nova perspectiva, a partir dos conceitos de ausência, invisibilidade e silenciamento.

Este último deve ser entendido em duas formas, a saber: o silêncio como ação estratégica dos/as moradores/moradoras dessas comunidades e o silenciamento promovido estrategicamente pelo estado, representando o que são excluídos, ausentados, silenciados e invisibilizados, mas também, aqueles que se silenciam como ação estratégica de luta e resistência. Deste modo, para além da exclusão da localidade no contexto da cidade, há uma nova questão que deve ser percebida, problematizada e analisada.

É nesta perspectiva que definimos o termo “cidade dos ausentes” que aqui, se traduz na construção do que conhecemos de um modo geral como favela, com o entendimento de que as intervenções urbanas empreendidas pelo poder público, de um modo geral, desconsideram os seus habitantes como agentes sociais dinâmicos, que produzem o seu cotidiano através das lutas, reivindicações e memórias, ou seja, de sua experiência social.

É salutar e cabível entendermos que etimologicamente a palavra “ausente” é um adjetivo que traz o significado de algo ou alguém que está distante e/ou distraído, afastado de algum lugar, que não está presente; que não compareceu etc. Já o significado do verbo “ausentar” determina o indivíduo que deixa de participar de alguma coisa, que não contribui, um indivíduo invisibilizado e/ou excluído de sua participação dentre outros. Entretanto, no presente trabalho a “ausência” é utilizada como uma estratégia de resistência das comunidades face às intervenções autoritárias do Estado.

Essa questão é bem exemplificada no filme Bacurau, lançado em 2019, dirigido por Kleber

Mendonça Filho e Juliano Dornelles, onde a comunidade, e o que ela representa, constrói uma estratégia de enfrentamento e resistência através do silenciamento. A comunidade que apresenta um modo de vida próprio independente da lógica desenvolvimentista, muitas vezes imposta “sob à ótica de melhorias”, representado no filme pela figura do prefeito, ou seja, o Estado excludente, se “ausenta” como forma de utilização de seu poder e de resistência, em contraposição ao que é imposto. Neste caso, a deliberada “ausência” é utilizada como uma prática estratégica de resistência onde os cidadãos formam o corpo social, sendo a coletividade o personagem principal da trama que se auto-organiza para reagir, motivados pela necessidade de coesão e pelo estado de anomia que os acomete. Nesse sentido, trata-se da necessidade de se proceder a uma “sociologia das ausências”, conforme explicitado por Boaventura de Souza Santos (2002), nomeando os agentes e os saberes marginalizados no intuito de dar-lhes credibilidade, estatuto de existência legítima enquanto tal.

Dessa forma, Santos (2002) propõe uma sociologia das ausências que, de acordo com o autor, se encarrega de demonstrar que os conhecimentos ou modos de ser e estar no mundo que não conhecemos, ou mesmo aqueles que para nós não existem, foram e são ativamente produzidos para essa inexistência. O objetivo da sociologia das ausências é "transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças" (SANTOS, 2002, p. 246).

Ainda segundo o autor, essas ausências resultam em uma contração do presente, em uma constante subtração do mundo, o que ocasiona um desperdício da experiência, e, ao transformar as ausências em presenças, consideramos outras possibilidades e alternativas para além das experiências hegemônicas, contribuindo, desse modo, para a ampliação do mundo e para a dilatação do presente (SANTOS, 2002).

Para Sawaia (1999) corroborando com Boaventura de Souza Santos, a naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma (dois dos componentes centrais no processo de desqualificação social),

[...] servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto do nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como “isso é assim e não há nada para fazer”. Por outro lado, revela também uma fragilização do vínculo societal. Tanto a atmosfera social de conformismo, como a compreensão da condição da exclusão social como fatalidade são reveladoras de processos nos quais os vínculos sociais estão no mínimo fragilizados. Esse caráter natural do fenômeno vem contribuir com o denominado ciclo de exclusão, no sentido de reforçá-lo e reproduzi-lo. O estigma definido como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo no ciclo da exclusão (SAWAIA, 1999, p. 23).

Nesse contexto, a pesquisa considerou como “ausentes” os cidadãos excluídos e invisibilizados, ou ainda, os que se escondem e/ou se guardam como estratégia de resistência. Os “ausentes” são,

pois os sujeitos sociais em suas práticas de construção do mundo da vida, do território como morada dos afetos, dos trajetos, dos saberes, dos sabores, os fazeres e afazeres de homens concretos em seus dramas, suas paixões e sonhos.

No entanto, apesar da dinâmica cotidiana e das potencialidades desses territórios populares, não há como negar o enorme passivo relativamente às carências de infraestrutura urbana, com demandas crescentes de obras de infraestrutura e urbanização. Entretanto, a intervenção do poder público, particularmente em Salvador, vem se dando ao longo das décadas de forma incipiente e pontual, com exceção apenas para as intervenções em Alagados, no Subúrbio Ferroviário.

Neste contexto, destaca-se no Brasil, a partir de 2007, a implantação do programa federal intitulado “Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Favelas (PAC/UAP)”, criado com o intuito de “retomar as obras de infraestrutura econômica e social cuja construção o Governo Federal tinha abandonado desde 1980” (MARICATO, 2014, p. 64). No que se refere ao eixo da infraestrutura social e urbana, tal Programa contou com investimentos de porte destinados ao setor de habitação, saneamento e inclusão social, possibilitando, talvez, a execução de uma política nacional de urbanização dos territórios populares, localizados nas principais cidades e regiões metropolitanas do Brasil, bem como o desenvolvimento do trabalho social nas áreas de intervenção, com a finalidade de melhorar as condições de habitabilidade.

Podemos, então, constatar que os projetos do PAC não só abrangem intervenções de infraestrutura - rede elétrica, iluminação pública, sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e coleta de lixo - como também, a contenção e estabilização do solo, construção de equipamentos públicos, além das obras de qualificação do sistema viário, de forma a possibilitar o acesso aos serviços públicos, com o objetivo de melhorar as relações entre a área de intervenção e o tecido urbano onde se insere.

Conforme apontado em estudo realizado por MOURAD, TEIXEIRA (2018) o investimento total do PAC em Salvador é de aproximadamente R\$ 310 milhões que seriam viabilizados mediante 10 (dez) contratos para repasse ou financiamento de recursos do Governo Federal aos estados e municípios. Desse total, 9 (nove) foram firmados entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), e apenas um com a Prefeitura do Municipal de Salvador, através da Superintendência de Obras Públicas (Sucop).

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a implementação do projeto do PAC-UAP em Salvador versus a “cidade dos ausentes”, constituída pelas comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel, localizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA, a partir das narrativas e memória dos moradores. Estas áreas apresentam projetos ainda não concluídos, sendo

recentemente impactadas pela implantação do projeto do monotrilho do governo estadual.

Com isso, buscamos especificamente: - identificar o processo de constituição das comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel no contexto das transformações urbanas de Salvador/BA; - analisar e avaliar, sob o aspecto do espaço sentido e vivido pelos moradores da “cidade dos ausentes”, em contraponto ao espaço concebido/planejado, as intervenções realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento nas referidas comunidades; - pesquisar sob o aspecto das narrativas dos moradores as intervenções realizadas e os conflitos existentes.

É premente dizer que o interesse pelo tema teve início em 2018, a partir do desenvolvimento do trabalho final de graduação do autor, com o tema “Refavela, habitação e habitabilidade: um olhar sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) no residencial CEASA III, IV e V”. Durante a fase de coleta de dados e visitas constatou-se que a implantação desses conjuntos residenciais, ainda que realizasse a oferta de unidades habitacionais, trouxe sérios problemas no âmbito da habitabilidade, mas, também uma “refavelização” dos espaços. As bases iniciais da pesquisa do trabalho final de graduação fundamentavam-se na investigação das implicações de ordem relacional e social causadas nas famílias contempladas pelo PMCMV que reverberam em novas expressões da questão social, identificando características, deficiências e potencialidades.

Nesta perspectiva, é importante retomarmos a discussão contemporânea sobre os processos de intervenção pública nestas comunidades, caminho que implica a percepção dos mesmos como componente da cidade, mas com a própria história e de seu devir, a partir das vozes muitas vezes ausentes dos seus atores. Segundo Lefebvre (1991, p. 116), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada.”.

Desse modo, a presente investigação se justifica pela importância de compreender o processo de intervenção estatal mediante as políticas públicas de urbanização de territórios populares, contribuindo com as percepções subjetivas do cidadão como uma das fontes de identificação de seu território e da reterritorialização de seu espaço.

Enfim, através deste trabalho e pesquisa buscamos de alguma forma contribuir para a identificação de novos caminhos de pensar e de sentir o urbano, vendo a cidade integralmente, abrangendo os valores sociais, culturais e afetivos pelo lugar, os quais devem ser considerados nos processos de intervenção urbana, principalmente, em relação aos territórios populares.

1.1. Abordagem metodológica

Para a realização de um trabalho investigativo é trazido à luz fatos, dados, relações, elementos que não percebemos no cotidiano. E isso só se torna possível quando entendemos o caminho que necessitamos seguir, mas, sobretudo, quando sabemos como percorrer este caminho. Determinados elementos no caso de uma pesquisa científica são primordiais para alcançarmos o fim que buscamos. Além de técnicas e procedimentos precisamos de um método, a ferramenta com a qual analisaremos a realidade, os óculos que usaremos para percebê-la.

De acordo com Aristóteles apud Gadamer (2003), só se define o método a partir da determinação do objeto a ser investigado. O que se compreende, neste sentido, é que a definição dos “óculos” antes de delimitarmos mais precisamente o objeto é perigosa, que leva as análises realizadas a uma abstração vazia. Para Hegel, todo o método é ligado ao próprio objeto, sendo que o objeto traz em si o caminho que deve ser percorrido. (GADAMER, 2003, p. 36).

O caminho pelo qual o problema foi viabilizado para a realização da pesquisa científica com o fim atender aos objetivos propostos, e, que foram traçados nesse estudo, traz como opção realizar uma pesquisa exploratória qualitativa, pautada em uma abordagem fenomenológica. A respeito da pesquisa qualitativa, Richardson (1999, p. 80) afirma que

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Em consonância com o autor, Gil (2002, p. 58) define a pesquisa qualitativa como sendo um “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos para permitir um amplo e detalhado conhecimento”. Neves (1996) complementa quanto afirma que nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Quanto ao método de abordagem utilizar-se-á a fenomenologia, buscando desvendar pelas construções sógnicas, os significados e a identidade do lugar e, a partir das representações cognitivas que interpretam o ambiente vivido, descrever os fenômenos humanos como experiência vivida. Desse modo, será possível construir o contexto do caso em análise atendendo o propósito da investigação. Nessa perspectiva da experiência social Fenelon (2000, p. 7) afirma:

[...] queremos lidar com essas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isso,

reafirmamos a idéia de que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.

É, contudo, importante compreendermos que utilizar a fenomenologia como abordagem e/ou método de pesquisa é perceber que a narrativa contempla a experiência contada pelo narrador e ouvida pelo outro, o ouvinte. Por sua vez, o ouvinte, ao contar aquilo que ouviu, transforma-se ele mesmo em narrador, por já ter amalgamado à sua experiência a história ouvida. A consonância com tal modo de pensar a experiência e a narrativa como a sua expressão, levam-nos a eleger a narrativa como uma técnica metodológica apropriada aos estudos que se fundamentam nas ideias fenomenológicas e existenciais.

Assim, o autor, na sua forma de ver a narrativa, reconhece-a, legitimando-a como expressão de uma dimensão fenomenológica e existencial. Supondo, de uma certa maneira, que o ato de contar e ouvir uma experiência envolve um estar-com-no-mundo que se dá através de uma relação intersubjetiva em um universo correlacionado à afetos e valores num passado que se articula com o presente, apoiando-se em uma situação que conserva, reflete, revela e transcende o mundo em que esses personagens estão inseridos. De acordo com Figueiredo (1994, p. 18), desde Heidegger, "compreensão e interpretação são dimensões originárias do estar-no-mundo; ou seja, o homem é compreendendo o mundo que se abre para ele e interpretando os entes que se mostram a ele dentro do mundo".

A abordagem escolhida traz o enfoque fenomenológico, a partir da percepção, do desvendamento, pelas construções sógnicas, os significados e a identidade do lugar, buscando rever conceitos, através das representações cognitivas que interpretam o ambiente vivido. Sendo assim, escolher um método de inspiração fenomenológica parece o mais adequado quando se pretende investigar e conhecer a experiência do outro, uma vez que o ato do sujeito de contar a sua experiência não se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos da sua vida. Significa, além de tudo, uma forma de existir com-o-outro; significa compartilhar o seu ser-com-o-outro.

Assumir uma estratégia qualitativa de pesquisa fenomenológica, como a narrativa, significa, antes de tudo, adotar como horizonte teórico e filosófico a existência social, compreendida na experiência vivida. E compreender a experiência humana representa uma tarefa de extrema complexidade, uma vez que o homem constitui-se numa subjetividade que pensa, sente e tem na linguagem a expressão da sua existência. E esta é fluida, processual, semelhante e distinta de todos

os outros, o que exclui a possibilidade de explicá-lo através de verdades estáticas e aplicáveis a todos os outros seres. As narrativas dos sujeitos e suas percepções dos respectivos territórios, são importantes de modo a não deixar ser apagada, excluída ou ainda destruída a sua história e memória, que frequentemente são invisibilizadas numa cidade que tem suas raízes pautadas em construções desiguais e, que vem sendo debatidas e (re)construídas no universo acadêmico-científico.

A narrativa, portanto, ao considerar essa dimensão do mundo vivido, nos sinaliza com a possibilidade de nos aproximarmos do outro, sem que se perca a principal característica que o distingue no mundo, que é a existência.

É importante registrar que a captura da narrativa será realizada através da entrevista semiestruturada e questionário online. Quanto à pesquisa online, a mesma foi utilizada pelo motivo de que algumas comunidades tem alto índice de risco social, alta taxa de periculosidade além de hoje enfrentarmos uma pandemia sanitária grave que atinge a todos. Neste sentido, utilizaremos o questionário online quando da percepção de risco tanto para o pesquisador quanto para o respondente. É através, pois da escuta, da aplicação de questionário (online) e de entrevistas que foram levantados os dados primários para o desenvolvimento do trabalho, analisando-os com os dados secundários, informações extraídas de documentos (artigos, livros) sites dentre outros. Cabe-nos ressaltar que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (CEP-UCSAL) (Anexo A).

Para a amostra da pesquisa com moradores das comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel, considerou-se na busca de equacionarmos a pesquisa no que se refere a metodologia que será utilizada, temos os moradores das comunidades (N) que serão selecionados para participar da entrevista semiestruturada e do questionário online que corresponderá ao universo total numericamente expresso em aproximadamente 160 pessoas. (03 comunidades = 20 moradores, sendo 80 famílias perfazendo um número estimado de 160 pessoas que estarão direta e indiretamente envolvidas com a temática da pesquisa). Também escolheu-se como nível de confiança (σ) de 95% (igual a 1,96); possibilidade de ocorrência e não ocorrência do fenômeno (p; q) de 0,5; além do erro amostral (ϵ) de 0,5%. O emprego deste raciocínio é exibido na Equação 1.

Equação 1: Amostra de Entrevistados

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{\epsilon^2(n - 1) + (\sigma^2 \times p \times q)}$$

$$n = \frac{1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 80}{0,1 (80 - 1) + (1,96^2 \times 0,5 \times 0,5)} = 160 \text{ Pessoas}$$

A partir daí obteve-se o quantitativo de 105 de entrevistados de um universo de 160 pessoas.

Considerou-se a partir da aplicação do questionários online o total ideal de amostragem de 113 respondentes entendendo as variáveis e margens de erro que se apresentariam ao longo do processo.

Quanto ao métodos e instrumentos de coleta de dados, segundo GIL (2002) para obter uma sistematização eficiente e identificar de forma clara o objeto a ser estudado, realiza-se uma análise qualitativa dos mais variados aspectos propostos no cenário de interesse da problemática, pois, de acordo com a coleta, análise e interpretação dos dados, serão conhecidas e envolvidas todos os procedimentos que serão adotados para atingir os objetivos propostos e a conclusão da pesquisa.

Todos os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa deverão ser recolhidos através de pesquisas bibliográficas, de informações perante os órgãos públicos estaduais e municipais, bem como por meio de aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, narrativas orais e observação direta. Serão utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados:

- Levantamento bibliográfico: leitura e análise de material publicado em revistas científicas, revistas especializadas, repositórios acadêmicos, jornais, livros, teses, matérias jornalísticas, legislações, dentre outros;

- Levantamento documental: documentos públicos relacionados ao tema: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, Diário Oficial do município, Atas, relatórios oficiais, programas governamentais, arquivos públicos ou privados, tais como fotografias, documentários, dentre outros.

- Entrevista semi-estruturada: comunicação verbal entre pessoas, onde se registra o que o entrevistado informa, a partir de questões previamente formuladas. Foram realizadas entrevistas com os moradores de cada área, representantes de associações e/ou coletivos urbanos, bem como representantes das empresas construtoras e da Conder. É importante frisar que as entrevistas atenderam aos protocolos orientados em decorrência da pandemia do COVID-19, sendo utilizado máscara, álcool em gel e o distanciamento necessário para sua realização;

- Questionário: aplicação de questionários buscando checar a percepção dos moradores dessas comunidades sobre seu território e a interação deste com a cidade. Neste sentido, o questionário online a ser utilizado na pesquisa visa trazer mais agilidade na aplicação, no controle e follow-up das respostas e na tabulação dos resultados, facilidade de utilizar maiores amostras, baixo custo de implementação dentre outras. Assim, suas vantagens para o respondente dizem respeito, em geral, à rapidez do preenchimento, facilidade de leitura, atratividade propiciada pela interatividade e “limpeza” do questionário sem rasuras. Já no caso do pesquisador, destaca-se o controle sobre o preenchimento incorreto do questionário, impedindo, por exemplo, que o respondente avance para

um item seguinte, se a questão presente não for respondida de modo correto, obedecendo rigorosamente as instruções fornecidas.

- Observação direta: utilização dos sentidos para a obtenção de determinados aspectos da realidade por meio da tomada de notas, ou seja, registros não-estruturados ou semiestruturados sobre comportamentos e atividades das pessoas no local de pesquisa;

- Registros fotográficos: realização de registros sobre a condição atual de cada comunidade e seus moradores.

Quanto aos métodos e instrumentos de organização, análise de dados e apresentação dos resultados será feita mediante uma análise preditiva por ser um modelo mais conhecido, e que ajuda a prever cenários futuros com base na análise de padrões da base de dados.

Cabe ainda ressaltar que no que tange ao questionário *online* os dados foram tabulados automaticamente pelo programa utilizado (Google.forms, Survey dentre outros) que geram planilhas, gráficos etc. No caso da entrevista semiestruturada, foi elaborado o estudo das categorias, listando as narrativas dos moradores entrevistados com utilização de planilha excel para parametrizar e/ou categorizar as falas e, fazer análise das narrativas, através do discurso e conteúdo apresentados.

Assim, a apresentação dos resultados se deu a partir da análise conclusiva de todos os dados coletados buscando provocar reflexões acerca da situação, e ao mesmo tempo entender em que proporção produz um conhecimento a respeito dela.

2 AUSÊNCIA, INVISIBILIDADE E SILÊNCIO COMO FORMA DE PODER

A engrenagem criada pela violência, sob os quais foram e ainda estão submetidos os grupos ditos minoritários, precisou de bases firmes para funcionar perfeitamente, o que só foi possível com, dentre outras coisas, a imposição de ausências, a impregnação da invisibilidade e a promoção de um sistemático silenciamento. Essas três peças se organizaram de modo a estabelecer uma ligação, que também é fundamental para provocar tensionamentos e reivindicações sócio-políticas por parte desses grupos. Afinal, a reivindicação pelo protagonismo daqueles que estão na base das relações sociais no Brasil tem feito movimentos cruciais, como o de reconfigurar a malha de significados de palavras tão presentes no cotidiano desses sujeitos.

Trata-se, portanto, de uma espécie de reescrita e expansão dos significados contidos na própria palavra, já que parte de um trabalho coletivo, comprometido com nada mais nada menos do que com a reconstrução das suas identidades, tão solapadas pela falta de compromisso do Estado com tais indivíduos. Assim, as palavras ausência, invisibilidade e silêncio passam a conter novas significações, efeito do trabalho contundente de determinados grupos na garantia dos seus direitos.

Deste modo, para construir perspectivas de análise faz-se necessário trazer à luz da discussão alguns conceitos importantes para mobilizar o encontro entre pensamentos que, apesar de distanciados geográfica e temporalmente, dialogam e dão conta de construir outros significados. Trata-se de acionar diversos campos do saber para fomentar pensamentos que não se encerrarão ao final dessa escrita, pois fazem parte de um movimento ainda maior de acertar as veias das discussões sociais na contemporaneidade brasileira, o compromisso que, assim como as violências autorizadas pela mão da omissão estatal, se faz sistemático, através da consolidação das narrativas que estão cada vez mais retornando ao domínio daqueles que as escreveram.

Recentemente, o escritor e geógrafo soteropolitano Itamar Vieira Júnior escreveu um romance que mais tarde viria a ganhar o prêmio Laya, em Portugal, e o Jabuti, no Brasil, o “*Torto arado*”. Dentre as várias faíscas que estão sendo assanhadas com a narrativa do livro, a ausência de um tempo exato para o desencadeamento dos fatos intriga os leitores: de quando exatamente estamos falando? Afinal, a história das irmãs Belonísia e Bibiana, marcada por um acidente que arranca, literalmente, a língua de uma delas, provoca uma discussão profunda

sobre a ausência de interesse dos representantes do Estado em estabelecer escuta e troca com a comunidade, assim como a invisibilidade e o silenciamento que se desdobram a partir disso.

A temática central diz respeito à luta da comunidade pelos seus direitos sobre a terra e seus desdobramentos. Isso porque o romance invadiu a experiência de um expressivo número de pessoas e promoveu um alargamento na concepção sobre a qual é o papel do Estado, diante das existências humanas que estão vivendo no limiar da falta. O valor simbólico representado pela premiação do romance com o prêmio Jabuti, mais uma vez devolve o foco às temáticas que se apresentam enquanto demandas de urgência. Assim, pensá-las a partir de diversos campos, sejam nos estudos sociais, educacionais, filosóficos ou literários, interessa-nos para tensionar estruturas aparentemente sólidas.

Ao longo da narrativa, o silêncio marca a história das personagens, que estão o tempo inteiro tendo que lidar com conflitos políticos, e é ele próprio que chama a atenção do leitor para as violências com as quais as personagens estão convivendo. Por sua vez, a experiência da religiosidade do jarê, típica da região da Chapada Diamantina, onde se desdobra a história, pavimenta um caminho de organização, trazendo perspectivas de enfrentamento e luta na garantia da manutenção dos direitos daqueles cidadãos. Nas comunidades estudadas, verificase a luta constante dos moradores em ser ouvidos, a sua resistência se dá a partir da busca da garantia dos seus direitos. O que *Torto Arado* traz para a cena da literatura brasileira uma narrativa forte e dinâmica, onde as personagens estão vivenciando conflitos reais, marcados pela pouca participação e responsabilização do Estado. Assim, para além da resignificação dos referenciais literários brasileiros, que traziam perspectivas sociais inconsistentes, há uma convocação para analisarmos criticamente a participação das instâncias governamentais, e de toda a sociedade, no cumprimento dos direitos à cidadania, reservado a todos cidadãos, sem distinção de raça, gênero e/ou classe social.

Desse modo, nas seções que se seguem, buscarei compreender, com base nos conceitos de ausência, invisibilidade e silêncio como poder, de quais formas esses significados têm trabalhado e implicado na construção, ou reconstrução de significados. Assim, a investigação parte principalmente da própria palavra para acionar o pensamento que as rasuram. Com isso, assim como a literatura de Itamar Vieira Júnior incita uma leitura à contra-pêlo da experiência daquela determinada comunidade, buscar-se-á elaborar uma discussão acerca destes três elementos conceituais que estão na chave das discussões sobre a participação e responsabilização do Estado na garantia dos direitos à cidadania. Trata-se pois, de investir numa escrita que dialogue com outras epistemes, de modo a fazer delas mais um espaço de reflexão

sobre a participação e a emancipação social, e com isso, avançar sobre temáticas que estão no bojo das discussões contemporâneas sobre sociedade, cujo empenho em expandi-las se projeta como urgente, já que grande parte dessas discussões são de interesse comum.

2.1. A Ausência

Dentre as várias definições comuns à palavra ausência, em geral, estão significados como a inexistência, a falta, ou a carência. Num sentido amplo, ausente é aquele que não está presente, ou seja, que ainda não chegou ou que sequer veio. Aplicando à perspectiva social, não se difere. Um sujeito ausente é aquele indivíduo que é desprovido da presença.

Na busca de aprofundarmos, bem como compreendermos a ideia das “ausências” no contexto de pesquisa, nos apoiamos em Boaventura de Souza Santos (2004). O autor em “Para uma sociologia das ausências e das emergências” procura demonstrar que o que “não existe”, na realidade, foi produzido para permanecer oculto, através de relações sociais injustas e predatórias. Sendo assim, constata-se que adquire relevância, pois implica em perceber que a ausência se constitui num artifício que permite a naturalização da desigualdade entre indivíduos supostamente mais qualificados e aquela população considerada desqualificada. Este artifício aparece como resultado de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania de uns é distinta daquela de outros, assim como também são distintos seus direitos, suas oportunidades e seus horizontes.

Ainda sobre a capacidade de ausentar-se como estratégia de resistência, pode-se fazer referência à prática da “ladinagem”. Os negros ladinos eram os que sabiam se esconder quando precisavam resistir, utilizando do silêncio ou ainda da ação do “ausentar-se ou da ausência” como estratégia sîgnica de poder e de resistência. Será, então que em nossas comunidades populares, ou melhor, em nossa “cidade dos ausentes” só aparecem para os/as sujeitos/as sociais o lado da invisibilização e/ou exclusão por parte do Estado ou estes se escondem para poder resistir?

Essa discussão está associada aos espaços de participação destes sujeitos nas intervenções promovidas pelo estado, os quais na maioria das vezes, tornam-se espaços de controle, ao invés de espaços de fala e escuta, resultando na ampliação da ineficácia e inadequação de determinados projetos implantados de modo arbitrário, em detrimento das demandas das comunidades. O que se propõe é que tais participações deveriam ser efetivas e, que estas, demandam debates para construir trocas consistentes.

Conforme afirma Maricato (2007) é preciso avançar sobre a discussão da participação para além do espaço institucional ou da “institucionalização de práticas participativas”, e insistir na “busca da unidade daqueles que querem um mundo baseado em padrões de consumo menos predatórios, mais éticos, mais igualitários, mais humanos, mais sustentáveis”.

Nesse sentido, a ideia de ausência carrega muitos significados relacionados a falta de protagonismo, o que não é por acaso. A inserção dos sujeitos, parte da comunidade, nos planos de ação social é o que constrói perspectivas de impacto e funcionalidade, tornando a distância entre o saber teórico, o domínio, a demanda, o desenvolvimento e o resultado final muito menor. Para Boaventura de Souza Santos, em seu texto *“Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”*, há a necessidade de, em estudos que pensem as estruturas sociais, considerar o fator experiência como preponderante, afinal, “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante.” (SANTOS, 2002, p. 32).

Imaginemos uma comunidade localizada na periferia de Salvador, que precisa reformar uma escada que liga a comunidade ao bairro localizado na parte superior, onde a maioria dos moradores utilizam o transporte público e se locomovem para as suas atividades. Na comunidade já existem duas escadas, mas estão em péssimas condições, o que faz com que os moradores usem uma terceira alternativa, uma ladeira de barro um pouco mais distante. A demanda primária da comunidade é a reforma das escadas, mas o Estado resolve pavimentar a ladeira, com a justificativa que a deixará mais segura, já que em dias de chuva o barro pode escorrer, causando acidentes.

Certamente, essa será uma ação ineficiente, e essa ineficácia demonstra dois fatores importantes: 1- a falta de escuta por parte do Estado acerca das reais demandas que a comunidade apresenta; e 2- a ausência de espaço para a devida participação dos moradores nas ações que são promovidas dentro da sua própria comunidade. O que acontece ao final de uma ação como essa é a insatisfação dos moradores com o trabalho do governo. O Estado, instituição maior na garantia dos direitos dos cidadãos, tem se mostrado por vezes falho no que tange a presença, tanto física quanto simbólica, em determinadas comunidades, principalmente aquelas compostas por população de baixa renda e em sua maioria constituída de afrodescendentes. No caso das zonas periféricas, é comum que haja queixa dos moradores sobre as dimensões com as quais são obrigadas a lidar, contando com a ausência de olhar atento e dedicado ao bem estar e ao bem viver dessas populações.

Retomando o que Santos traz como contribuição para compreensão da importância do fator experiência nas discussões sociais, e aplicando-a ao exemplo trazido anteriormente, podemos compreender que a experiência social deve ser o ponto de partida para a não promoção de micro-violências autorizadas pela omissão e pelo descrédito. Assim:

Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. (SANTOS, 2002, p. 52).

A presença, nesse caso, se mostra um elemento capaz de reduzir os distanciamentos causados pela falta de escuta e troca. Afinal, o espaço de construção e avanço das políticas públicas que dão garantia e asseguram o exercício completo da cidadania precisa ser de construção comum e coletiva. Dessa forma, segundo Dardot e Laval (2017),

o comum não é um bem, objeto, lugar ou coisa; antes, ele é uma instituição que se efetiva na esfera coletiva. Diferentemente do que propõem Hardt e Negri (2016), Dardot e Laval entendem que a priori “nada é comum em si ou por natureza”, mas são as práticas coletivas que decidem, em última instância, se uma coisa ou conjunto de coisas devem ser postas na esfera do comum. Situando historicamente, o comum é o princípio que anima a luta política neste início de século XXI, fortalecendo os mais diferentes movimentos sociais e suas lutas democráticas contra o avanço do neoliberalismo. (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 618).

Para os autores, o conceito possui algumas propriedades distintas: ao mesmo tempo em que ele é o “princípio político” que dá sentido aos movimentos, às lutas e aos discursos que se contrapõem à racionalidade neoliberal, tão bem descrita em a nova razão do mundo. Ele se apresenta como o resultado dessas lutas, como a efetivação do “comum”, como princípio político, “o comum exige que a participação coletiva numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a coatividade seja o fundamento da coobrigação” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 616). Assim, a ausência, tanto de escuta, quanto de participação, se mostra como parte determinante na ineficiência de determinadas ações desenvolvidas pelo Estado. Nesse contexto, a palavra ausência passa a representar mais do que simplesmente um espaço vazio, e deixa de estar reduzida à ausência física, significados comumente atribuídos à palavra por si, mas à uma série de violências que se firmam a partir dessas faltas, e que estão sendo autorizadas se garantida a manutenção dessas estruturas.

2.2. A Invisibilidade

Há um ditado popular que diz que "aquele que não é visto, não é lembrado". É comum que ditados populares sejam transmitidos de geração em geração principalmente porque têm a capacidade de sintetizar muitos ensinamentos que não estão contidos em livros e enciclopédias. Não ser visto, imprime característica de quem está invisível ou invisibilizado; e não ser lembrado, portanto, imprime característica de quem já foi esquecido.

A invisibilidade, de maneira abrangente, é caracterizada por tornar um indivíduo ou um coletivo de sujeitos esquecidos, o que acaba por se somar à sua marginalização. Nas sociedades ocidentais, costuma vir acompanhada de um elemento contido nas formas de colonização, responsáveis por impregnar o *modus operandi* que fazem daquele corpo passível de dominação, como o termo raça. A construção histórico-social deste termo impede o abandono do mesmo, o que poderia implicar na negação da relação de poder e dominação de determinadas culturas e povos sobre outros, base na qual se construiu o termo raça, nesta perspectiva. Gomes (2005, p. 48) afirma que não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como os negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro, e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país.

A invisibilidade da população vulnerável também foi identificada como um elemento constitutivo na trajetória histórica dos cortiços no Rio de Janeiro, sendo associada ao termo definido por Wacquant (1995) ao discutir a segregação racial nos Estados Unidos como os “proscritos da cidade”. Deste modo, trata-se de

elemento central para compreender as dinâmicas que atravessam e constituem esses espaços. Esta invisibilidade parece estar associada ao que Wacquant denomina [...] [abrangendo] o nexos entre o estigma territorial, a falta de segurança e o abandono pelo Estado, [...] A primeira expressão da invisibilidade dessa forma de moradia está na total ausência de informações acerca dos cortiços nos órgãos públicos municipais. A prefeitura do Rio de Janeiro não possui qualquer levantamento dos imóveis que funcionam alugando quartos ou sobre o perfil socioeconômico de seus moradores. (SANTOS JUNIOR, 2018).

Quanto a desumanização, a realidade social impregnada em nossa sociedade está distante da igualdade social, étnico-racial pautada em direitos iguais para todos. Francisco Jr. (2007, p. 10) aponta que a situação dos/as negros/as é "fruto de um processo de desumanização,

devido a uma distorção histórica na qual se instaura a situação opressora estabelecida pela violência de quem oprime". Sendo assim, nos processos de colonização sob os quais esses grupos foram submetidos, com o uso da violência, lá estavam a desumanização e a invisibilidade versando sobre comportamentos comuns, funcionando quase que como pares, ou seja, como que possuindo igual significado.

Os estudos decoloniais, empenhados em questionar e abalar as estruturas impostas pela modernidade, trabalharam diretamente na reestruturação das identidades dos indivíduos pertencentes a esses grupos, afinal, uma das principais feridas causadas pela invisibilidade é a desidentificação, fratura aberta no campo da construção das identidades tanto individuais quanto coletivas. Na introdução do livro *Crítica da razão negra*, Achille Mbembe, quando propõe analisarmos o que ele chama de *Devir negro*, afirma que:

[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho. Em contra-partida, interessa compreender que, como consequência directa desta lógica de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber e no discurso modernos sobre o homem (e, por consequência, sobre o humanismo e a Humanidade) foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século xviii, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfessado e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual o projecto moderno de conhecimento - mas também de governação - se difundiu. [...]

A que se deve então este delírio, e quais as suas manifestações mais elementares? Primeiro, deve-se ao facto de o Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. (MBEMBE, 2014, p. 20).

Assim, o autor sintetiza algumas questões que envolvem a colonialidade, a raça e as identidades construídas a partir das relações conflituosas entre esses elementos. Em linhas gerais, o filósofo aponta o tamanho da importância de compreendermos que a construção de processos de invisibilidade tem as suas raízes na própria percepção de raça construída pelo pensamento europeu. Na perspectiva dos seus estudos, o negro é aquele que delírio que a modernidade produziu.

Os grupos entregues à invisibilidade, conseqüentemente entregues à marginalização, precisaram construir agendas de luta que agissem diretamente na garantia de ter os direitos constitucionais assegurados, bem como a sua humanidade respeitada, de modo a criar espaços cada vez menos refratários aos seus corpos. Para Negri (2006, p. 27) “onde há resistência nasce uma nova cultura”. Um ponto interessante a se destacar foi a abertura do Fórum Social Mundial em 9 Porto Alegre/Rio Grande do Sul a frase: "Estamos aqui para mostrar ao mundo que um outro mundo é possível!", certamente, a fala tenha sido feita para denunciar um fenômeno sócio-político com bases históricas, mas de nova roupagem. O dito "outro mundo possível" desponta com uma nova existência, mas, também, para novas formas de expressão, dessa forma, as organizações políticas necessitam rever suas estratégias, atentas às formas de exploração do capital que se renova. Neste sentido, Lazzarato (2006, p. 52) aponta que "Não podemos perder o acontecimento por ter respostas prontas para novos problemas". Ademais, para além da macro-violência de ter que lutar pela garantia do direito à vida, ainda enfrentam micro-violências que foram se engendrando nos campos históricos e sociais de maneira, muitas vezes, quase imperceptíveis.

No capítulo “*Visibilidade e ocultação da diferença*”, presente no livro “*Brasil afro-brasileiro*”, Maria Nazareth Fonseca (2000), autora do capítulo e também organizadora do livro, traça um panorama acerca do processo de colonização no Brasil, e analisa de que modo a ocultação da diferença consolidou desigualdades na sociedade brasileira. Segundo a autora, o regime escravocrata, assim como o período pós-abolição, partindo da falta de políticas de inclusão racial, somados ao projeto de nação brasileira que se empenhou num apagamento do elemento raça das discussões sociais, bem como, mais tarde, a construção do mito da democracia racial, foram elementos determinantes no aprofundamento dos abismos sociais no país. Fonseca defende que, para que o Brasil pudesse se reconhecer enquanto nação livre, tais projetos excluía grande parte da população, que era constituída, em geral, por negros e mestiços, ainda que essa fosse a maior parte da população.

O que é possível analisar, associando o conhecimento trazido pelo ditado popular citado acima, bem como o referencial teórico elaborado por Maria Nazareth Fonseca é que visibilizar a existência de sujeitos que estão nas curvas do esquecimento, historicamente impregnado na cultura brasileira, simboliza refazer o processo do avesso, já que ele se desenha enquanto um novo paradigma na percepção social, fundamental para resgatar a história sem repeti-la.

A insuficiência de políticas públicas que contemplem a imensidão causada por todos esses fatos é determinante quando pensamos no contexto sociopolítico do Brasil contemporâneo.

Como orientação para essa discussão da falta e/ou ausência de políticas públicas SILVA (2001, 2003, 2005); SILVA et al. (2007), apontam que no desenvolvimento da política social brasileira tem-se um conjunto amplo e variado, mas descontínuo e insuficiente, de programas sociais direcionados para segmentos empobrecidos da população. Dessa forma, analisando mais profundamente as políticas de enfrentamento às desigualdades sociais no Brasil, importante também a referência a Castel (1999, p. 17) que nos situa sobre as "políticas de inserção", limitadas em sua atuação sobre os efeitos do disfuncionamento social, sem considerar as determinações estruturais, geradoras de desigualdades.

Vê-se que há pouca implementação de "políticas de integração", ou melhor, aquelas capazes de produzir grandes equilíbrios de caráter preventivo, e não só reparador. Em verdade, o que há é uma proliferação de políticas de inclusão precárias e marginais, orientadas pela focalização na população pobre ou extremamente pobre, incapazes de alcançar as determinações mais gerais e estruturais da situação desigual no país.

De acordo com Mourad, Manzi e Rebouças (2019), o planejamento urbano, do modo como é realizado hoje no Brasil, de cima para baixo, é incapaz de incorporar os conflitos inerentes à sociedade e as disputas entre seus diferentes agentes, entendendo que as soluções para os problemas urbanos formulados por urbanistas naufragam, entre outras razões, por um processo de formulação não compartilhado com a sociedade. Vê-se que o Estado atua de forma complexa no que tange à urbanização, pois como grande proprietário de terras públicas, regulador do uso e ocupação do solo e promotor imobiliário reflete consideravelmente na dinâmica de constituição das cidades (CORRÊA, 1989). É importante compreender, ainda, que as dimensões e os efeitos desse processo de urbanização e sua relação com a irrupção de conflitos urbanos foram também trabalhados e explorados por Rolnik (2015), a partir da constatação de que vivemos um processo de financeirização da moradia e do solo urbano, em escala global, com particularidades locais, e, ao mesmo tempo, de eclosão de revoltas e confrontos urbanos, desenvolvendo a análise da "Guerra dos Lugares".

Assim, o espaço das periferias, por exemplo, segundo Soto (2008), a partir da tentativa de caracterização de Martins (2008), é o resultado da especulação imobiliária - casas pequenas, ruas estreitas, sem praças e sem plantas, terrenos reduzidos e sujeiras. Caracteriza-se também pela urbanização patológica, ou seja, se constitui a contra-pêlo da emancipação social,

prometida pela urbanização, abrangendo complexas dinâmicas em conflito, sejam econômicas e/ou políticas, como aponta Nascimento (2019):

O convívio nos centros urbanos brasileiros é cada vez mais democrático, mas também mais violento. Essas violências operam historicamente, física e simbolicamente, sobre contextos situados, norteando os agenciamentos urbanos pelos quais os espaços são produzidos como lugares de conflitos, condutas em formas surdas ou abertas de resistência. Nas periferias, os conflitos com a lei e o poder refletem transversalidades e ressonâncias mais amplas. Esses conflitos e pontos de atrito não se tratam apenas de disputas sobre os próprios modos de produção e administração dos ordenamentos urbanos, exercícios de governabilidade que afetam os modos de ser e de viver. São fundamentalmente signos de resistências e protestos contra os excessos das “forças da ordem.” (NASCIMENTO, 2019, p. 93).

O autor nos chama à atenção para as formas em que a invisibilidade se projeta enquanto ferida latente na sociedade brasileira. Os abismos sociais causados por essa ferida a transformam numa série de violências, que operam de maneira física e/ou simbólica. Do que podemos concluir que a invisibilidade, bem como a ausência, no âmbito social, implica na ordem de conflito, que historicamente coloca, ou mantém, à margem determinados grupos.

2.3 O silêncio como poder

Na cosmogonia iorubá, o silêncio se inscreve como um elemento muito importante na relação entre *aprender* e *ensinar*. Algumas vezes, acompanhado de uma concepção de *segredo*, se soma a outros significados e torna-se um signo polissêmico. Em sua afirmação, Prandi (2001, p.18/9) afirma que os mitos continuam presentes nas explicações da criação através da composição dos atributos dos orixás (deuses iorubá), na justificativa religiosa, que são muito presentes no cotidiano do candomblé. Entretanto, ainda que muitos dos seus descendentes não pertençam a esse segmento sociopolítico-religioso, possuem fortes influências histórica, identitária, ético, moral e cultural dos mesmos. No entanto, Luz (2013, p. 39) afirma que o mito é o discurso básico do conhecimento de nossa gente.

A compreensão do silêncio como um lugar de poder parte primordialmente das experiências contidas num espaço comum a essas concepções, que apesar de estarem inseridos numa tradição oral, têm a ver com desapego da essencial necessidade de uma linguagem verbal, presente na experiência de pessoas de candomblé, por exemplo. Para Silveira (2004), essa relação da palavra e do silêncio com o candomblé é tomada na capacidade de instaurar um espaço de concretização de uma pedagogia, que nesse caso, assim como a religiosidade, tem filiação africana. Ou seja, concede ao silêncio um caráter instrutivo.

A experiência narrada por Marialda Jovita Silveira sobre a festa de Oxalá no capítulo “*Por uma pedagogia da existência: a face simbólica do silêncio*”, presente no livro “*A educação pelo silêncio*”, nos dá a dimensão da importância desse elemento para a composição energética na liturgia do candomblé. Para ilustrar a significação, a autora retoma o itan:

O itan mais conhecido por todo mundo dos terreiros é o da viagem de Oxalá ao reino de Oyó para visitar Xangô, o filho que há muito tempo não via. Embora desaconselhado por Ifá, o Orixá do Futuro, Oxalá resolveu viajar. Então Ifá recomendou que ele levasse três roupas brancas e três pedaços de sabão. E que não atendesse a pedido algum das pessoas que ele encontrasse no caminho. E lá se foi Oxalá, a pé, na viagem para um destino tão longe. Aí ele encontrou um homem que pediu ajuda para descer um fardo do ombro. Tão logo Oxalá se aproximou, o homem jogou sobre ele um barril de dendê que trazia sobre o ombro. O homem era Exu. Oxalá dirigiu-se para uma fonte, lavou a roupa e continuou a viagem. E apareceu outro homem, pedindo ajuda. Era Exu de novo que jogou sobre Oxalá um saco de pó de carvão. Outra vez ele se lavou e lavou as vestes. Mais adiante, outro homem apareceu e pediu ajuda. De novo, Exu derramou sal sobre Oxalá e ele repetiu o ritual da limpeza. Continuou a viagem e, ao entrar no reino de Oyó, viu o cavalo real pastando. Imaginou fazer dupla surpresa ao filho: a sua chegada e o cavalo foragido recuperado. Nisso apareceu a polícia real e não reconheceu Oxalá que só andava vestido com simplicidade. Conduzido à prisão, rebentado de pancadas, Oxalá ficou sete anos trancafiado. E o reino de Oyó caiu em maldição: seca avassaladora e esterilidade das mulheres. Xangô resolveu consultar Ifá que revelou a injustiça cometida contra Oxalá. Então as ordens reais foram que todos os súditos se banhassem, se vestissem de branco, lavassem o palácio e fossem buscar Oxalá em procissão, para oferecer- lhe um grande banquete (JORNAL TÀKÀDÁ, jan.96, p.2).

Segundo o conhecimento transmitido a partir desse itan, Oxalá permaneceu em silêncio durante os sete anos em que havia ficado trancado. Nos rituais em louvor e agradecimento ao Orixá, o silêncio retorna como símbolo parte da reverência. Assim, bem como a palavra na tradição oral, ele compõe o axé, energia vital que mantém as coisas em movimento. Desse modo, o silêncio, para além das concepções encontradas nas epistemologias baseadas em reflexões ocidentais, “[...] é instituído como discurso, à medida em que ele evoca sentidos e é regulado, nas relações entre os indivíduos, por regras próprias e estratégias discursivas bem definidas” (SILVEIRA, 2004, p. 32). Nesse processo interativo que é o discurso, ele age como espaço de comunhão, importante para a ligação entre os interlocutores que estão experienciando um espaço em comum, que os desloca das lógicas-ruído dos espaços que estão para fora do chão do terreiro.

Quando pensamos o silêncio enquanto linguagem, capacidade de produzir comunicação, e retornamos ao movimento ancestral de aprender com os mais velhos, é possível pescar um comportamento típico e elementar no cotidiano do candomblé. A troca de experiências entre o mais velho e o mais jovem acontece de maneira que o mais novo permaneça em silêncio, enquanto escuta as instruções do mais velho. Assim, a escuta também constitui aprendizado, conforme sintetiza Silveira:

A aprendizagem tem relação direta com a escuta, mas esta não deve ser percebida de forma linear e horizontal, como atitude receptiva, passiva, de uma linguagem que se dá no vazio, mas como atitude de interlocução que se efetiva em resposta a um apelo dado pela tradição, porque o que se ouve tem a ver com o outro, com os outros membros do grupo, com o seu ethos, com a memória ancestral. A atitude de escuta que só o ato de silenciar possibilita é, por si só, criadora de vínculos. Ouvir significa deixar criar vínculos, no sentido de assumir-se comprometido com a comunidade. (SILVEIRA, 2004, p.78)

Retomando a narrativa de *Torto arado*, trazida nas primeiras linhas desse texto, o acidente que terminou por cortar a língua de uma das personagens, assim como a experiência do jarê, uma religião também de matriz africana, teceu sobre as linhas da narrativa do romance marca um entendimento do silêncio por uma via pedagógica e como espaço de poder. Graças à impossibilidade de fala, Belonísia desenvolveu um senso de escuta apurado, capaz de captar os detalhes dos fatos que aconteciam na comunidade. A religião do jarê, por sua vez, deu às personagens uma bagagem que lhes garantiu a sobrevivência diante das tentativas de apagamento e exclusão, materializadas pelas investidas das autoridades representadas pela polícia e pelos patrões.

Alinhando a narrativa de Itamar Vieira Júnior e o pensamento de Silveira (2004), é possível entender o silêncio enquanto espaço de potencialidades. A ausência de uma linguagem material, experiência avessa à tradição oral, muito presente nas comunidades negras e nas religiões de matriz africana, ajusta o olhar para uma linguagem que é produzida a partir, justamente, da omissão das palavras, que propõe, de maneira primordial, a mobilização dos lugares de aprendizagem. Como numa pedagogia transgressora, os envolvidos na relação ensino e aprendizagem constroem uma relação de multi-conhecimento. A tomada de posse dessa aquisição, por sua vez, denota propriedade legítima no traquejo dos saberes que são empenhados a favor de uma comunidade.

Neste caminho construído a partir dos conceitos trazidos nas seções anteriores foi possível relacionar alguns elementos que estão em dinâmica na sociedade, gerando conflitos e causando violências contra determinados grupos. As concepções exploradas aqui dão a dimensão da complexidade de algumas questões, que envolvem determinados grupos sociais com mais incisão. Dito isso, o trabalho de recuperar os significados atribuídos às palavras é um exercício importante na análise das novas atribuições que estão sendo oferecidas sobre elas, à medida que as dissidências vão se acentuando.

O papel da sociedade na garantia da plena cidadania de todos os indivíduos, independente do gênero, raça ou credo, é crucial para a emancipação da sociedade. A gerência dessa organicidade através da figura do Estado também desempenha papel fundamental não só para a gerência de desacordos e deformidades, mas sobretudo, na análise da sua própria atuação. Assim, conforme pudemos discutir, a ausência de um espaço para construção que insira a comunidade nas ações do governo, por exemplo, demonstra algumas das fragilidades no modo como as instâncias governamentais se instauram e se solidificam.

Além disso, a experiência contida nos terreiros de candomblé, na diluição do sentido enrijecido do aprender, que não fica restrito àquele que está numa posição hierarquicamente superior, dá ferramentas epistêmicas para que outros espaços que se pensam enquanto lugares de produção de conhecimento refaçam as suas práticas e incluam no seu cotidiano alguns dos saberes que estão deslocados das lógicas eurocêntricas. A percepção do silêncio presente no ritual consagrado a Oxalá como um poderoso momento de reflexão e ação, que demanda construção coletiva, baseada numa organização que reduz a linguagem à fala, caracterizando-o como parte da manutenção de uma energia viva que vitaliza e cadência a comunhão ritualística, nos ensina a respeito da nossa própria linguagem. Afinal, a linguagem deixa de se projetar apenas através da materialidade da palavra e nos leva a um lugar pedagógico de conexão.

Além disso, a rasura nas perspectivas sociais que mantêm determinados grupos e comunidades no incômodo endereço da invisibilidade, da ausência e do silêncio, bem como o silenciamento capaz de cancelar a marginalização de corpos e sujeitos, se projeta enquanto necessária. A invisibilidade produz uma série de micro e macroviolências sob as quais é preciso olhar atento e crítico.

Pensar os conceitos trazidos de maneira encadeada, partindo de uma perspectiva histórica, é fundamental no Brasil contemporâneo, pois estamos diante de um resultado concreto que partiu de um projeto de nação, fomentado e mantido pelo próprio Estado. Então,

garantir direitos é investir contra o apagamento sistemático de vozes que pertencem a grupos que estão historicamente nas bases das pirâmides sociais desse país.

Dessa forma, o percurso deste texto construiu um compromisso com a retomada de outras epistemes, de modo a configurar-se enquanto parte de um movimento por participação e emancipação social. Assim, como provoca Boaventura de Souza Santos, diante de uma sociologia das ausências, pensar e elaborar uma sociologia de emergências, que esteja atenta à importância de uma construção social que parte, primeiramente, da própria experiência.

2.3.1. Sobre o silêncio e o silenciamento: a ação dos poderes assimétricos do tráfico e do Estado

Iniciamos este ponto refletindo que há anos atrás, se fosse feita uma pergunta a uma pessoa pertencente à classe média brasileira sobre qual o quarto poder, além dos três poderes do Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário -, ela certamente responderia, que é a mídia. E nesse sentido, a mídia de maior impacto sobre as relações, inclusive as sociais, era a televisiva. E isso perdurou durante décadas até a chegada, relativamente recente, das mídias sociais. As informações passaram a ser exibidas não mais nos aparelhos de televisão, mas nos computadores e *smartphones*.

Se a mesma pergunta for feita hoje a uma pessoa moradora de periferia, a depender de qual “quebrada” ela pertença, a resposta pode ser totalmente diferente da anteriormente citada. A começar pela ordem desses poderes. Dentro de algumas favelas, o primeiro poder é o do tráfico de drogas. O mesmo que ordena o fechamento de comércio, mas garante gás e luz para alguns moradores. O mesmo que ceifa a vida de centenas de jovens pretos todos os dias, mas que proporciona aos mesmos *status* que eles nunca teriam fora de sua comunidade. O tráfico que causa a guerra entre facções e que garante a paz por semanas ou meses naquele território.

Partindo dessa relação de poder sobre a vida das pessoas, é simples entender o porquê do silêncio da população após um crime ocorrido dentro de determinada comunidade ou favela. Quem ousaria falar para a imprensa? Quem denunciaria para a polícia? Quem iria desafiar o primeiro poder, que chega muito antes que o Estatal? Há os que osem fazê-lo, mas, quase sempre, o resultado é desaparecimento ou morte. E, a depender do caso, o tráfico pode resolver aquele crime de forma muito mais rápida e definitiva.

O fato que já está consolidado é que a influência do tráfico de drogas sobre a vida das pessoas nas periferias das cidades é diretamente proporcional à ausência do Estado. Quanto mais o Estado se silencia diante das demandas do povo da favela, ou quanto mais tenta ocultar

as mazelas desses lugares, mais o tráfico se apropria não só do lugar, mas do modo de viver daquelas pessoas. O tráfico chega até a proporcionar o bem-estar que o Estado não consegue ou se nega a executar. O silêncio do Estado só fortalece o tráfico de drogas e empurra as pessoas para uma relação de dependência com o “dono da boca ou do morro” e de total descrédito com as ações governamentais.

Mas, que Estado é esse que permite a perpetuação das mazelas sociais e o fortalecimento desse “poder” que rege a vida de milhares de pessoas em todo o território nacional brasileiro? Há fatos que comprovam que essa relação entre o tráfico e Estado é até rentável para alguns governos; seja pelo fato de permitir maior poder armamentista na aquisição de um arsenal e aparato de guerra para combater o tráfico (esquecendo da efetividade social contundente das políticas públicas), seja pela relação perniciosa entre polícia e traficantes formando até as famigeradas e temidas milícias.

Há, inclusive, a relação já comprovada de parlamentares e outras figuras públicas do Brasil com o tráfico de drogas. Há quem negocie com traficantes para fazer campanha eleitoral e para “comprar” eleitores. O curral eleitoral do tráfico não é incomum e está mais presente nas cidades do que conseguimos mensurar. E, assim, percebemos que o tráfico “serve a vários senhores”, ainda que o discurso do Estado seja em oposição a essa situação; de alimentação e/ou retroalimentação dessa relação. Constata-se também que não há investimentos suficiente em recursos humanos e infraestrutura que alcance os mais necessitados, sobretudo, podemos notar a falta de vontade política em construir e efetivar políticas sociais e públicas que atendam à população, em especial a que mora nas comunidades. Enquanto o silêncio e a inércia do Estado imperam, o poder da favela impõe a alguns o silenciamento para continuar com sua dominação e terror.

Há anos que a relação de poder do tráfico de drogas impera dentro das comunidades e favelas das cidades brasileiras como uma dura e mortal realidade. E aqui vou me ater a essa relação apenas dentro das metrópoles. Afinal, a quem o tráfico serve? Engana-se quem acha que o tráfico é servo dos “donos da boca”. Esses, em sua maioria, são apenas intermediários de grandes esquemas que envolvem investidores, desde empresários a parlamentares. O negócio é estruturado desde a origem, onde cada pessoa exerce uma função, e tal qual uma empresa, é organizado para que todo o investimento dê sempre um bom lucro.

É o tráfico que decide quem pode comercializar ou se vai ter “toque de recolher” e quando isso irá acontecer. É o tráfico que rege a vida daquelas pessoas e dita quem deve ou não morrer. E esse mesmo tráfico usa do poder que exerce sobre os moradores através do medo que

provoca. Assim, vê-se nas áreas controladas pelo tráfico a “lei do silêncio”, ou melhor, vemos que os moradores não denunciam os traficantes, ou por estarem acostumados com eles, ou por temerem algum tipo de represália; essa ação corresponde a uma opção racional que alguns traficantes tem e que aproxima bandido e comunidade.

Entendemos que os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, e como assim o são, podem ser produzidos também pelo silêncio e pelo silenciamento. Neste sentido, o silêncio se produz em meio a jogos de poder e força, dessa forma, afirmamos que os sujeitos e sujeitas são capazes de elaborar novos discursos a partir do silêncio e também do silenciamento; rompem com os silêncios e podem também silenciar a partir da produção de novos discursos. Assim, o desafio não é compreender como se produz os silêncios, mas desfazer redes discursivas que conformam, capturam e criam supostas identidades naturalizadas.

Ferrari (2011, p. 47) afirma que o silêncio e os silenciamentos fazem parte das formações discursivas que envolve o disciplinamento dos sujeitos. Neste sentido, calar e falar envolvem os mesmos jogos de força e poder. O discurso de formação que permite que uns falem pode colocar outros na posição de se calar. Desta forma, entendemos que o silêncio é caracterizado pela abstenção da fala, é a falta de ruídos ou ainda é o silenciar-se, que pode ocorrer como estratégia de poder, por medo ou por opção.

No caso do silenciamento, entendemos que ele é de outra ordem, podemos entendê-lo como uma ação sobre o outro, sendo compreendido, então, como uma estratégia de imposição do silêncio, que no âmbito de correlações de força, pode ter ou não êxito. Ao compreendermos o silenciamento como estratégia disciplinadora, deve-se saber que também existem resistências atuantes nos jogos de poder, que tanto operam no rompimento dos silêncios quanto incidem na submissão ao silenciador.

Nesta perspectiva, deve-se considerar o silêncio como relação, que tanto envolve obediências e submissões quanto resistências. Mas, também no diálogo do silêncio com o silenciamento como ação assimétrica do poder, de um lado do Estado e do outro do tráfico, que cala o outro, onde este pode ser efetivo em sua ação ou sofre resistências. Lugares de sujeitos/as que são construídos pelos silêncios e silenciamentos, através de formas de ver e de se relacionarem. É, portanto, uma das formas de dominação, mas não a única, exercida na sociedade pelo poder e, como não é encontrada em um lugar único, mas na relação, é possível pensarmos nas variadas formas de resistir que ocorrem nos silêncios e silenciamentos discursivos.

Veiga-Neto (2007, p. 52) aponta que as teorias foucaultianas são ferramentas potentes

para pensarmos os silêncios e silenciamentos em meio aos processos de subjetivação das classes populares. Ao evocarmos Foucault, vem a mente suas teorias sobre saber e, sobretudo, as questões do poder. Contudo, o autor nos adverte que, “não é, pois, o poder, mas o sujeito o que constitui o tema geral de suas investigações” (FOUCAULT, 2003, p. 233). Na abordagem foucaultiana a problematização do sujeito é feita através de uma abordagem histórica distante ou que se distancia da concepção cartesiana de sujeito coerente, racional e universal. Em sua percepção, o sujeito é concebido a partir de processos de objetivação e subjetivação que são imanentes a sua cultura e história. Desse modo, os sujeitos por serem datados apresentam uma forma que se constitui na história, no seu tempo.

Então, devemos entender que os sujeitos não são universais e nem são substância a priori, são indivíduos que se tornam sujeitos na sua imanência, formados a partir de verdades de seu tempo, por atos discursivos produzidos a partir de jogos de verdades, que tanto objetivam quanto são subjetivados incansavelmente.

É contudo, importante entendermos que, como formações e práticas discursivas, os silêncios e os silenciamentos vêm construindo verdades diferenciadas, sobretudo, no que tange ao debate também de gênero, mas, que como poder cria a todos, que sejam os dominados, quer sejam os que dominam. Sendo assim, notamos que as relações de poder não são constituídas apenas pelo silenciamento do outro, ela se dá, também, pela produção própria das subjetividades que se relaciona com a produção da subjetividade de quem silencia e de quem é silenciado.

Um dos silenciamentos que atuam nos processos de subjetivação dos sujeitos se refere ao seu silenciamento histórico. É importante a compreensão de que a história se produz, ou melhor, é eminentemente contada e produzida apenas por um lado, quase sempre eurocentrado, embranquecido e, porque não dizer burguês, que determina através de sua discursividade, o silenciamento de homens e mulheres negras, indígenas ou ainda afro-ameríndias, pobres que se tornam sujeitos invisibilizados, silenciados, ausentados de sua própria história.

Destarte, o silêncio faz parte de uma ação discursiva, ou melhor, o silenciamento dos povos pauperizados, sobretudo, dos negros, na história faz parte de um processo de constituição da história do branco europeu, como um produto discursivo a partir da sua perspectiva. Não é que o lugar de um grupo na história se fez independente do outro; estes lugares de silenciamentos, visibilidades e invisibilidades se deram nas relações discursivas entre estes dois grupos. Contudo, se deram e se dão em um momento em que as relações de força e poder tendem para uma visão de mundo histórica que naturaliza a escravidão e a subjugação do outro como forma de transformação histórica e da sociedade.

Conforme expõe Rago (1993, p. 37), mais importante do que fazer a história dos dominados, como propõe Foucault (1998, p. 22), é pensar nas forças que as colocaram neste lugar de silenciamento histórico. Pensar nas forças que estiveram em conflito nesta constituição histórica, nas condições de emergência do silenciamento e do silêncio histórico que nos acomete. E, aí sim, desnaturalizar e desconstruir estas forças.

Segundo Ferrari e Marques “só há silêncio onde há discurso” (2011, p. 22). O silenciamento presente nos discursos falam de forças que, em determinados momentos, tendem para uma cultura polarizada. Nossa sociedade é efervescente em discursos. Discursos que dizem sobre os sujeitos e que dizem sobre o que os sujeitos podem falar, em que circunstâncias podem dizer e que sujeitos estão autorizados a dizer.

Nesse contexto, Le Goff (1996) afirma que

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p.426).

O que podemos constatar sobre a memória coletiva é que as marcas advindas da criminalização do território e das classes populares passaram a definir e delimitar as periferias urbanas, e suas relações de poder, de forma singular na cidade, atualmente sob a hegemonia neoliberal. O cotidiano dos territórios populares e/ou favelas da cidade é marcado pelo uso intenso de aparato bélico e de armas de fogo convencionais, tanto do Estado através de sua mão, a polícia, quanto do tráfico, como ações assimétricas recorrentes de silenciamento das vozes de seus moradores(as) e trabalhadores(as) através do estigma ou do terror.

3 O PAC-UAP E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS TERRITÓRIOS POPULARES DE SALVADOR/BA

Neste capítulo será abordado acerca da contextualização da implantação no Brasil do Programa de Aceleração do Crescimento, na modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), e as áreas de intervenção na cidade de Salvador. Além disso, serão abordados as especificidades das comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel, recorte espacial deste trabalho.

3.1 Conhecendo o PAC-UAP: breve contextualização

Criado em 2007, fruto do governo do ex-presidente Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento, conhecido como PAC, foi criado a partir da implementação do Ministério das Cidades, que nasceu da luta de reivindicação dos movimentos sociais pela reforma urbana integra intervenções de urbanização em espaços de assentamentos precários, o que, além de implicar na efetivação de infraestrutura, produz novas moradias e interfere na reordenação do desenvolvimento econômico.

Cabe-nos esclarecer que quando o governo federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, tinha como finalidade a implementação e promoção de projetos e obras de infraestrutura social e urbana, bem como de energia e logística no país. Neste sentido, no que diz respeito ao eixo da infraestrutura social e urbana, o Programa contou com grande investimento destinado ao setor inclusão social, habitacional e de saneamento, o que tornou possível executar política nacional de urbanização de grandes favelas, localizadas nas principais cidades e regiões metropolitanas do Brasil.

É importante lembrar que a política de habitação de interesse social pressupõe interdependência e cooperação intergovernamental, “tanto por ser uma responsabilidade constitucionalmente compartilhada, como por conta dos altos custos para sua execução, em especial o preço da terra” (GONÇALVES, 2009, p. 37). “O papel do governo federal como principal financiador da política habitacional lhe confere recursos institucionais excepcionais para incentivar e induzir o comportamento dos governos subnacionais” (ARRETCHE, 2004, p. 28).

O Programa contou com duas fases. Na primeira, que aconteceu entre os anos de 2007 e 2010, foi criada a modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), que fazia parte do eixo Infraestrutura Social e Urbana. Na segunda, já nos anos entre 2011 e 2014, essa

modalidade passou a compor o eixo Minha casa minha vida. A relevância dos resultados alcançados pelo PAC é indiscutível se considerarmos o panorama do desenvolvimento urbano anterior ao surgimento do programa e as reivindicações por reforma urbana levantadas através de luta popular. Como aponta Pereira (2019), “as favelas e assemelhados eram vistos como problema a ser erradicado pelas administrações públicas até meados da década de 1970” (p.22), ou seja, a partir da década de 80, partindo do que ele mesmo chama de redemocratização do país, volta-se uma atenção a garantia do direito à localização, que estava acompanhada de uma maior participação popular e era resultado do reconhecimento das precariedades, que envolviam moradia urbana no Brasil.

Cabe ressaltar que os estudos de Arretche et al. (2012), realizado em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação /Ministério das Cidades, analisou o impacto deste processo de indução federal na capacitação administrativa dos municípios brasileiros para a gestão da política habitacional e os resultados obtidos remetem a um cenário incrivelmente diferente. O governo federal, em particular com o SNHIS, logrou induzir os municípios a se capacitarem institucionalmente para implementar a política habitacional (ARRETCHE et al, 2012; IPEA, 2011; KLINTOWITZ, 2015).

Todos os instrumentos para a política habitacional se expandiram nos municípios no período analisado, “entre 2004 e 2009, com destaque para Conselhos e Fundos Municipais, que cresceram, respectivamente, 28% e 35%” (ARRETCHE et al, 2012, p. 38). Esta publicação conclui que os municípios com melhor capacidade institucional não apenas apresentam melhor desempenho na oferta de programas habitacionais, mas também apresentam melhores condições de executar os programas financiados pelos outros níveis de governo.

De acordo com o texto 1903 do IPEA (2013, p. 23), as intervenções realizadas pelo PAC-UAP têm como intuito a alteração das seguintes situações encontradas nos assentamentos populares, agregadas em diferentes propostas e arranjos institucionais a partir de uma perspectiva de intervenção completa. São eles: - ausência ou escassez de oferta de serviços e equipamentos públicos essenciais – saúde, iluminação pública, educação dentre outros; condições precárias de acesso e mobilidade; - irregularidade fundiária e urbanística; risco de deslizamento e inundação; insegurança da posse da moradia; habitação precária e insalubre.

É importante o destaque que o PAC-UAP surge em um contexto de acúmulo de experiências municipais e federais em intervenções de urbanização de assentamentos precários, incorporando conhecimento de iniciativas anteriores sobre a qualidade dos projetos, participação popular, planejamento e soluções urbanísticas (BRITO, 2015; LO BIANCO,

2011).

Dessa forma, quando o tema começou a ser debatido no âmbito federal, a visão da política de urbanização de assentamentos precários já havia se transformando de iniciativas pontuais e emergenciais para soluções integradas, que conciliavam demandas urbanas, sociais e ambientais e favoreciam a integração da favela à cidade (DENALDI, 2003).

Cumpre-nos destacar ainda que o PAC-UAP marcou um novo momento da política de urbanização de assentamentos precários no Brasil. O governo federal, pela primeira vez, destinou recursos volumosos para esta política, possibilitando a ampliação da escala desta intervenção e o desenvolvimento de soluções urbanas integradas (DENALDI et al, 2016; BRITO, 2015). Entre 2007 e 2009, no que se convencionou chamar de PAC 1, foram contratados 3.113 empreendimentos de urbanização de assentamentos precários, correspondendo a investimentos de R\$ 20,8 bilhões (BRASIL, 2014, p. 192).

O PAC-UAP, de um modo geral, buscava atingir resultados de maneira mais rápida, de forma a contribuir para o crescimento econômico do país. Assim, partindo de propostas logísticas e energéticas, além das infra estruturas social e urbana, tornou-se parte de uma política nacional de urbanização de favelas, que trabalhava para garantir o melhor acesso a saneamento básico, por exemplo. No contexto de Salvador, a comunidade de Nova Constituinte, em Salvador/BA pode ser destacada pela ação emblemática do PAC-UAP, considerando-se que, apesar de décadas de surgimento e das condições de precariedade relativa a falta de infraestrutura, a mesma nunca havia sido beneficiada com nenhum projeto de urbanização:

A primeira linha de ônibus no bairro é uma conquista recente. De acordo com o representante do bairro, apenas após 30 anos de ocupação do solo, foi realizado o asfaltamento e com isso a primeira linha de transporte. Antes a única infraestrutura oferecida pelo município era água e luz, sem possuir qualquer tipo de equipamento urbano de lazer. (TEIXEIRA, GALVÃO, 2019).

Nesse sentido, o exemplo da comunidade da Nova Constituinte, localizada no bairro de Paripe, Subúrbio Ferroviário de Salvador, ilustra ações sob as quais o PAC-UAP se debruçou. A urbanização das favelas era, para além do desenvolvimento do espaço físico e geográfico, um projeto de ampliação no acesso à linha de ônibus e equipamento urbano de lazer, por exemplo. Assim, pode-se dizer que, as ações desenvolvidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito da Urbanização de Assentamentos Precários permitiu avanços indiscutíveis, considerando que algumas comunidades nunca haviam sido contempladas com

programas governamentais de urbanização, ainda que muitas obras não tenham sido até então concluídas. No que tange a infraestrutura das favelas, sempre há melhorias a se fazer, mas o PAC-UAP, através de ações efetivas, trouxe para as comunidades contempladas avanços que não tem como retroceder.

3.2 O PAC-UAP nos territórios populares de Salvador

De acordo com o ObservaSSA (2021) Salvador, a capital baiana, com seus 2.675.656 habitantes, firma-se como quinta maior população do Brasil e nas últimas décadas vem despontando na escala urbana-metropolitana, concentrando mega investimentos – privados e públicos – direcionados, sobretudo, ao fomento de uma imagem de cidade para o turismo e para o capital imobiliário. Deve-se, pois situar Salvador como metrópole – com seus avanços e contradições –, sem perder de vista as vivências e peculiaridades dos bairros, onde a vida cotidiana da cidade de fato acontece.

Partindo-se da compreensão de uma Salvador que se segmenta a partir do cruzamento de diversos territórios, que se consolidam a partir da contraposição de (re)configurações que estão presentes desde a fundação da cidade, pode-se considerar os territórios populares como espaços heterogêneos, ou seja como tecidos urbanos distintos, com composições espaciais diferenciadas, abrangendo desde as palafitas aos loteamentos com traçados regulares. Neste contexto, as intervenções abrangem projetos complexos, a exemplo da implantação de grandes obras de drenagem e recuperação de áreas de mananciais. Para as autoras Mourad, Silva e Teixeira (2018),

de modo análogo às demais metrópoles brasileiras, a cidade de Salvador, é caracterizada por profundas desigualdades sociais e pelo histórico processo de desenvolvimento urbano marcado pela segregação socioespacial. Dessa forma, as disputas por moradia pela população de baixa renda tem como resultado ocupações coletivas que se apoiam na autoconstrução. Entretanto, ainda que um terço da população total do município, cerca de 900 mil habitantes até 2015, residam em 234 assentamentos populares, em condições precárias de habitabilidade em suas grandes maiorias, é sabido que poucas foram as ações de urbanização de urbanização desses assentamentos impetrada pelo Poder Público. O que se tem registrado é que até 2005, as intervenções em assentamentos populares ocorreram de maneira fragmentada e pontual, tendo como exceção a urbanização de Alagados, que desde a década de 70 vem sendo realizada. (MOURAD, SILVA e TEIXEIRA, 2018, p. 199)

É importante destacar que o PAC-UAP representou a maior intervenção pública em urbanização de territórios populares em Salvador, tanto em termos da abrangência territorial, quanto do volume de recursos financeiros aplicados¹, compreendendo investimentos em infraestrutura, habitação e equipamentos comunitários. Foram realizadas intervenções em 16 áreas, abrangendo,

aproximadamente 80 mil moradores, o que representa atendimento a 9% da população total dos assentamentos populares no município [...] Nove contratos foram firmados entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado da Bahia, por meio da Conder [Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado], e apenas um com a Prefeitura do Municipal de Salvador, através da Superintendência de Obras Públicas (Sucop). (TEIXEIRA, MOURAD; SILVA; 2018, p. 200/4).

O PAC-UAP em suas intervenções, buscou priorizar a manutenção da população no local que já habitavam, com o objetivo de promover melhorias nessas áreas e preservar as relações sociais e de trabalho que as pessoas já possuíam (BRASIL, 2010). No caso de Salvador, foram firmados nove contratos entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado da Bahia, por meio da Conder, e apenas um com a Prefeitura do Municipal de Salvador, através da Superintendência de Obras Públicas (Sucop), abrangendo 16 (dezesesseis) assentamentos. A implantação do PAC resultou na ampliação da escala de intervenção, e em especial, na realização de processos de urbanização completa em vários assentamentos na cidade. As obras ocorreram, ou ainda estão à ocorrer, em três grupos reunidos por características comuns, conforme constante no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação por grupos das obras do PAC-UAP – Salvador/BA

Grupo	Descrição
A	Assentamentos localizados dentro ou nos limites de Áreas de Proteção Ambiental, com maior abrangência territorial e maior complexidade em relação à fragilidade ambiental (Nova Esperança, Nova Constituinte, Águas Claras/Pirajá e Baixa Fria/Pau da Lima).
B	Assentamentos em áreas de projetos motivados pela instabilidade, deslizamentos do solo, e por questões de preservação do patrimônio histórico (Alto do Bom Viver, Bananeiras, Maria Isabel, Santo Antônio, Vila Nova Esperança/Rocinha e Jardim das Mangabeiras).
C	Assentamentos localizados nas áreas de Borda Atlântica (Alto de Ondina, Baixa do Soronha/Itapuã e Costa Azul e da Borda da Baía de Todos os Santos - Alagados IV e V, Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar).

Fonte: MOURAD, SILVA e TEIXEIRA, 2018.

¹ Entretanto o valor investido foi muito inferior aos valores investidos no Sudeste.

Dito isto, o recorte espacial da pesquisa abrangeu 03 (três) comunidades do Subúrbio Ferroviário de Salvador - Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel (Grupo B). Esta região, de acordo com o Censo do IBGE (2010) “possui uma área de 4.145ha, formado por cerca de 22 bairros populares, mantenedores de grandes manifestações da cultura afrodescendente, com aproximadamente 500 mil habitantes”, em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade, vítimas da maior violência urbana do contexto metropolitano.

O Subúrbio abrange um conjunto de bairros onde residem aproximadamente cerca de 286 mil moradores, espalhados em 22 bairros margeados pelas águas da Baía de Todos os Santos. No zoneamento político-administrativo de Salvador, esse espaço corresponde a uma das 18 (dezoito) regiões administrativas (RA), correspondendo a RA XVII. Essa região periférica da cidade é conhecida pela linha férrea da Leste, que liga o bairro da Calçada, Cidade Baixa ao bairro de Paripe, conhecido por ser o último bairro da suburbana localizado na região noroeste da cidade.

Os subúrbios, nas cidades capitalistas dos países subdesenvolvidos, esteve por muito tempo associado às periferias urbanas, para as quais, segundo Serpa (2001), os pobres são empurrados, entendidas como áreas com deficiências na infraestrutura e nos equipamentos, ocupadas pela população de baixa renda.

Fonseca e Silva (1992) entendem e/ou compreendem o subúrbio como uma variação da periferia, pouco mais urbanizada. Em sua conceituação, o subúrbio se perde, desaparece nas pequenas cidades, aparece como um atributo exclusivo dos centros urbanos complexos. E mais do que isso, o subúrbio passa a representar a fragmentação e o caos urbano. O subúrbio é um território indefinido e em transição.

É sabido que no século XX, mais precisamente entre as décadas de 1960 e 1970, o Subúrbio Ferroviário de Salvador passou por um processo de adensamento muito rápido, sendo esta uma região que mais atraiu a população do êxodo rural, bem como com algumas fábricas instaladas, além de ser um espaço que faz ligação com regiões da área metropolitana da cidade, através da Avenida Afrânio Peixoto. ou ainda como é conhecida de maneira popular a Avenida Suburbana, que teve sua inauguração em 1970 contribuindo para o aumento no fluxo e na fixação de pessoas ao longo da mesma. Dessa forma, a expansão foi rápida e sem planejamento, novos arranjos habitacionais e tipologias foram surgindo e adensando-se.

Cabe evidenciar que, para os que necessitavam à época morar, o relevo acidentado da área suburbana não se configurava como um obstáculo: encostas, morros, tabuleiros e até mesmo o mar da baía de Todos os Santos, foram ocupados pela população de baixa renda, o

que fez surgir inúmeras ocupações irregulares em meio ao acelerado crescimento urbano, bem como focos de resistências culturais, que em proporções menores já se encontravam no contexto suburbano do final do século XIX, habitado inicialmente por migrantes do interior do estado.

Anos depois surge o aglomerado de palafitas, com as comunidades de Alagados e Novos Alagados, as quais, mesmo tendo sofrido intervenção de políticas urbanísticas, salvaguarda ainda história e memória, além de outros territórios de manifestações culturais, onde está assentado a identidade social e a história das comunidades, com seus conflitos e limites de influência.

As obras previstas do PAC-UAP nas localidades estudadas foram as seguintes: construção de contenções de encostas; implantação de saneamento básico (abastecimento de água, esgoto, rede pluvial); pavimentação e equipamentos comunitários, e ainda a construção de unidades habitacionais e melhorias sanitárias.

3.3 Intervenções nas comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Isabel

Conforme citado acima, na presente pesquisa recortamos o nosso olhar para as comunidades do Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel, localizadas na Falha Geológica de Salvador e no território denominado “Subúrbio Ferroviário”, que passaram por algumas intervenções emblemáticas do PAC/UAP. Esta região, com lindas paisagens e pleno de história, é um território desconhecido por boa parte da população soteropolitana, constituído por espaços onde seus moradores admiram e cativam a admiração de outros. É um espaço de luta, em que moradores e admiradores deste território travam suas batalhas para valorizá-lo.

Historicamente, no início do processo de colonização portuguesa, os cidadãos se instalaram neste território e, ali construíram muitos engenhos e igrejas onde, posteriormente, foram surgindo casas de veraneio. Entretanto hoje, este território está associado não só a pobreza, mas, também a marginalidade. Além disso, ainda que tenha ocorrido muitos avanços e transformações ao longo do tempo, há muitas preocupações dos moradores, no que diz respeito às dificuldades enfrentadas diariamente quanto à mobilidade, acessibilidade, segurança pública, bem como aos riscos e vulnerabilidades sociais que ali se apresentam como expressões latentes da questão social.

As comunidades de alguma forma estão localizadas ao bairro do Lobato direta ou indiretamente, haja vista, os moradores/as de algumas destas se sentirem pertencentes a este

bairro, que se divide nas seguintes localidades: Santa Luzia do Lobato, Joanes Leste, Joanes Centro-Oeste e o conjunto Joanes Azul, entremeado por várias ruas que se misturam. (Figura 1). Conforme depoimento de um entrevistado, o bairro do Lobato era uma pequena ilha do lado direito da via da suburbana, sentido São Tomé de Paripe e, que, por ser uma fazenda haviam muitas plantações, sendo a maior parte de banana, fruta que batiza uma das comunidades pesquisadas. Ainda nessa construção histórica, a rua Voluntários da Pátria tem aproximadamente 3km de extensão, do marco 0 (em frente a delegacia de furtos e roubos) até a entrada da ponte Araújo Brandão (Plataforma). O bairro do Lobato, em 1939, ficou conhecido mundialmente pela descoberta do primeiro poço de petróleo no país.

Figura 1 – Comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel – Salvador/BA



Elaboração: BORGES, ESTEVES, LOPES, 2020.

Fonte: Google Maps, 2020.

Segundo o ObservaSSA (2021) em 2010, o bairro contava com população total de 29.169 habitantes, com as seguintes características: a maior parte autodeclarada parda (58,20%) e preta (31,42%), do sexo feminino (53,04%) e na faixa etária de 20 a 49 anos (51,09%). No que diz respeito aos domicílios, 8,05% dos responsáveis não eram alfabetizados, e apesar de 49,6% tinham o responsável com rendimento na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Já com relação a infraestrutura ofertada, 96,83% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 99,27% com abastecimento de água e 90,01% com esgotamento sanitário.

A **comunidade do Alto do Bom Viver** está localizada no bairro Boa Vista e São Caetano, uma poligonal localizada ao lado da Avenida Afrânio Peixoto. A área conta com 754 famílias, o que nos dá aproximadamente 3.000 habitantes em uma área de 71.720,00 m². O assentamento é considerada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 155, classificada como tipo 1. (Figura 2).

Figura 2 – Alto do Bom Viver



Fonte: BORGES, ESTEVES, LOPES, 2020.

Vale registrar que seu surgimento se dá a partir do loteamento da Fazenda Boa Vista de São Caetano, com apenas 10 famílias oriundas da zona rural em 1963 - as famílias de Sr. Toninho, Sr. Ezequiel, Sr. Alfredo, Sr. Ailton, Dona Lourdes, Dona Juju e dona Dudu que fundaram a comunidade. No início havia apenas mato que foi sendo capinado, e as famílias foram plantando para seu sustento. Em sua origem a área não dispunha de infraestrutura: ruas de barro, sem esgotamento sanitário e iluminação. Quanto a este último item, dispunha apenas de no máximo três postes que iluminava toda área. A comunidade foi denominada de Alto do

Bom Viver, pois para um dos primeiros moradores era um lugar tranquilo e por “não ter perigo”. Entretanto, atualmente ainda passa por uma série de problemas e deficiências de infraestrutura.

A ocupação do assentamento que teve seu início na década de 1960, segundo relato dos moradores, teve intervenções realizadas inicialmente pelos próprios moradores. Segundo a líder comunitária e alguns moradores, os órgãos públicos até o início da década de 2000 não enxergavam o território como parte do tecido urbano de Salvador, o que foi reconhecido a partir das lutas e resistências advindas dos moradores, fazendo com que a área fosse incluída nos mapas da cidade.

Figura 3 – Alto do Bom Viver – Salvador/BA



Fonte: BORGES, 2020.

Um fato interessante constatado em pesquisa de campo foi que politicamente, ou melhor, geograficamente a comunidade tem Código de Endereçamento Postal (CEP) pertencente ao Bairro de Boa Vista de São Caetano, contudo, socialmente, a ligação dos/as moradores/as é com o bairro do Lobato.

No Alto do Bom Viver, as intervenções do PAC/UAP foram estruturadas em duas etapas: a primeira etapa, concluída em 2014, consistiu na urbanização, e a segunda etapa foi priorizou as obras de contenções de encostas, conforme constatado na visita de campo realizada no âmbito da pesquisa. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado

da Bahia (Conder), responsável pelas obras, a grande maioria da verba esteve focada nas contenções.

Figura 4 – Obras de contenções realizadas no Alto do Bom Viver



Fonte: BORGES, 2020.

Ainda que o foco da intervenção na comunidade do Alto do Bom Viver fosse de transformação da comunidade tirando-a do risco iminente, a maneira com que as obras foram executadas trouxe mais risco e um certo desgosto.

A **comunidade de Bananeiras** está localizada na rua Voluntários da Pátria, rua secular do bairro entre Lobato e Plataforma e, que antecede a própria existência do mesmo -, em homenagem aos soldados voluntários que lutaram fazendo a segurança da Baía de Todos os Santos. A comunidade é cercada por outros bairros como: Capelinha de São Caetano, Boa Vista do Lobato, Ribeira e Plataforma, sendo uma das comunidades mais pobres e vulnerabilizadas que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A área da comunidade possui cerca de 98.910,95m², com aproximadamente 1.100 famílias ou ainda cerca de 4.400 habitantes e uma densidade de 445 hab/ha. É caracterizada como ZEIS 45 - Baixa do Cacau e 46 - Alagados/Uruguai e, classificada como tipo 1, que são

“Assentamentos precários - favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares”.

Figura 5 – Bananeiras



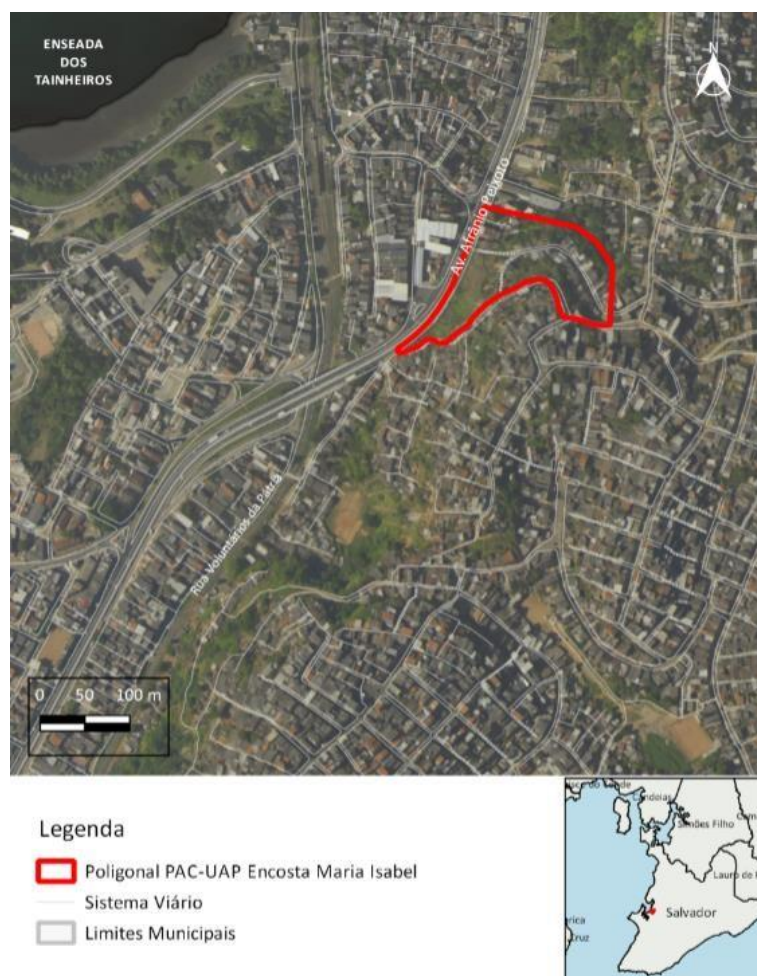
Fonte: BORGES, ESTEVES, LOPES, 2020.

O projeto de infraestrutura e urbanização do PAC-UAP para Bananeiras buscou contemplar através de suas obras: abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, equipamentos comunitários (contenção de encostas, iluminação pública, praça de esporte, pavimentação, melhorias habitacionais e quadra poliesportiva). Há uma discussão acirrada entre comunidade, empresas licitadas e executoras das obras e o poder público, um sentimento de um certo descaso por parte da comunidade. Cabe ainda lembrar que a linha do VLT está dentro da poligonal e a sua execução terá grande impacto na localidade.

A **comunidade de Maria Izabel** era uma rua que se torna uma comunidade aguerrida, formada basicamente de marisqueiros/as e pescadores que sobreviviam desse ofício, tendo como local de trabalho a praia do Lobato. É uma comunidade situada entre os bairros de Boa

Vista de São Caetano e Lobato, onde seus/suas moradores/as se reconhecem como pertencentes ao bairro do Lobato. É uma comunidade que compõe o Subúrbio Ferroviário que serve como eixo de ligação “andando” do Lobato a São Caetano, Boa Vista de São Caetano, Formiga e Marechal Rondon. Em 1989, ocorreu o primeiro deslizamento de terra da encosta, causando muitas mortes, com muitas casas soterradas. Em 2015, em outro evento de deslizamento de terra, 40 famílias ficaram desalojadas por mais uma vez, nesta sem vítimas fatais.

Figura 6 – Maria Isabel



Fonte: BORGES, ESTEVES, LOPES, 2020.

É importante lembrar que a comunidade de Maria Isabel está localizada na ZEIS 178 - Alto do Cabrito, classificada como tipo 4, que são “Assentamentos precários ocupados por população de baixa renda inseridos em APA ou em APRN” fazendo divisa ao também incluído no PAC, Alto do Bom Viver, a poligonal também se encontra dentro da Área de Borda Marítima da Baía de Todos os Santos.

Figura 7 – Obras de contenção de encostas em Maria Izabel



Fonte: BORGES, ESTEVES, LOPES, 2020.

Ainda sobre a urbanização da área, o projeto foi considerado a princípio uma urbanização parcial, haja vista a meta principal traçada de melhoria das encostas, previstas para terem suas construções iniciadas no ano de 2017. Em visitas realizadas ficou constatado que a ainda tem obras que não foram concluídas na comunidade de Maria Izabel.

3.3.1 Impacto da pandemia nos territórios

Abordar o processo pandêmico é fazer uma discussão muito ampla e global, no entanto, é importante destacar que a chegada da pandemia ao Brasil colocou uma lupa que expôs os negligenciados problemas estruturais urbanos e a fragilidade do sistema público de saúde em lidar com os mesmos. Além disso, deflagrou de forma mais evidenciada as “pandemias sociais” (PAZ, 2020) que já vivemos cotidianamente. Dessa forma, a crise promoveu um ambiente de desinformação e insegurança, deixando milhares de pessoas desprotegidas por falta de ações sociais protetivas, mas, também, instaurou um drama socioeconômico nas favelas e periferias urbanas, ou seja, nos territórios populares, por conta das tentativas de adoção de medidas de isolamento social, sem estratégias coordenadas e sensíveis que pudessem garantir, à população de baixa renda, especificamente negra, condições mínimas de subsistência e emprego.

Cabe-nos corroborar com Cunha (et al., 2015, p. 60) que “um evento tão radical como a Covid-19 (re)produz situações extremas, que extrapolam o tempo do evento em si,

intensificando a condição de desigualdade já estabelecida historicamente pelas estruturas e hierarquias sociais”. No que diz respeito às infraestruturas urbanas, o fato fica mais claro ao se observar a provisoriedade das políticas e a precariedade do acesso à água para fins de medidas preventivas básicas, como lavar as mãos e a limpeza periódica das moradias. Mais do que indicar as diferentes dimensões dos impactos sobre lugares e populações, o momento revelou os limites impostos ao enfrentamento da doença e seus desdobramentos por parte das convencionais políticas de planejamento urbano.

A crise que atravessa nosso cotidiano, trouxe à tona o conflito e uma transfiguração da realidade, indicando a necessidade de ampliação da luta social. Neste sentido, a Covid-19 funcionou, e ainda funciona, como ponto de partida de análise e de observação de determinados processos que remetem ao tempo histórico das estruturas sociais e, sobretudo, das diferentes possibilidades de organização social em torno delas.

É premente notarmos que a pandemia como fenômeno socioespacial não está relacionada apenas a fatores biológicos e epidemiológicos, mas, também, ao espaço urbano desigual e hierarquizado, fazendo com que a categoria grupo de risco ganhasse nova definição, novos contornos. A princípio a população idosa não é a mais vulnerabilizada, ou seja, não é a faixa etária de maior incidência da doença e de óbitos. Vê-se nas periferias da cidade, por exemplo, que são as pessoas de meia idade e os jovens negros, as mais impactadas, as quais por necessidade ou desinformação, não conseguem implementar a quarentena e o isolamento social, por precisarem trabalhar e trazer o alimento para casa. Muitas vezes, o estado físico debilitado e a condição emocional e material, gerados por um quadro de desemprego, precariedade do trabalho e de desalento do cotidiano, tornam-nos vulneráveis à contaminação e à morte por Covid-19.

Sendo assim, é importante compreendermos que desde que teve início a crise de saúde pública associada à pandemia de coronavírus, as desigualdades socioespaciais tornaram-se ainda mais evidentes e profundas no mundo todo, e principalmente no Brasil. Dessa forma, a condição de moradia e de acesso aos serviços públicos passou a refletir diretamente sobre a saúde da população moradora dos territórios populares das grandes cidades brasileiras. É importante sempre evidenciar é que os efeitos da pandemia foram muito mais graves para a parcela vulnerabilizada, excluída e silenciada dos territórios populares, comunidades completa e profundamente marginalizadas e invisibilizadas que vivem em condições precárias e, sobretudo, inadequadas, distante de seus locais de trabalho e com acesso restrito a serviços públicos e infraestrutura urbana.

Contudo, ressaltamos ainda que diferentes práticas de enfrentamento à crise trouxeram visibilidade às inúmeras redes de apoio social presentes nos territórios populares, que passaram a ganhar novas formas diante da necessidade de respostas urgentes a problemas diários. Em um contexto de morte, essas manifestações lutam por sobrevivência, pela vida no seu sentido mais básico. Frente a esse quadro, as classes populares organizaram-se para garantir elementos vitais à reprodução da vida na cidade, como comer, viver e não morrer por Covid-19.

Evidenciamos que as estimativas de infectados e mortos concorrem de forma direta e impacta sobre os sistemas de saúde, não só pela exposição de grupos vulneráveis e a população, mas, também perda de renda das famílias, bem como pela saúde mental das pessoas por terem que estar confinadas, o temor do risco de adoecerem levando-os à morte, além da dificuldade de acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, dentre outros.

Neste contexto, o isolamento social como um dos principais meios de proteção ao contágio do novo coronavírus, abre-se para muitas questões o que nos faz refletir sobre o “fique em casa” para um indivíduo que não tem casa ou mesmo, que acolhe em sua casa mais de duas famílias o que causa aglomeração, considerando-se ainda que cada território tem suas especificidades.

Deste modo, em sua ampla maioria, as lideranças comunitárias apontaram as dificuldades em manter o isolamento, tanto pela necessidade de circular para trabalhar, quanto pela condição de moradia, que por vezes não dá conta de abrigar todos da família de forma adequada. Entre os grupos etários, os idosos formam o grupo de maior adesão e os jovens o de menor adesão. Foi comum ainda a consideração sobre a ausência de campanhas informativas por parte do poder público como propulsora da baixa adesão ao isolamento social.

Vale lembrar que a precariedade de acesso à infraestrutura urbana, que historicamente se dá nas favelas e periferias brasileiras, passa a ser central neste momento pandêmico em que o acesso à água é essencial aos cuidados com a higienização.

No caso de Salvador, em especial, uma metrópole nordestina no Brasil, que carrega em sua construção histórica profundos traços de desigualdade social e espacial, vemos essas características ganharem contornos próprios que se expressam em arranjos ambientais, econômicos e sociais como resultado de experiências, projetos conflitantes e convergentes e vivências diversas, fazendo surgir novas questões emergenciais climáticas e epidemiológicas bem como questões sobre o aquecimento global, além da digitalização dos espaços e das relações sociais. Além disso, é importante destacarmos que as carências historicamente

acumuladas destas comunidades permanecem na agenda pública, a saber: acessibilidade, insegurança alimentar, pobreza, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade, moradia.

A cidade do Salvador é profundamente marcada por um processo de desigualdade e segregação muito intenso que criam e geram condições e diferenças entre seus territórios, afetando de forma significativa as condições de vida dos moradores. Neste sentido, na pandemia do coronavírus, deve-se levar em consideração as condições de desigualdade social e de moradia expressa nas carências de infraestrutura urbana e segregação socioespacial que potencialmente agravam as condições sociais da população dos bairros populares. Assim, a desigualdade duradoura ficou ainda mais explícita, evidenciando ainda mais a incidência de doenças epidêmicas, não só a Covid-19, mas outras que já existiam e que ainda se espalham.

Vale lembrar, que o crescimento da propagação do coronavírus em bairros populares foi muito acima da média em relação a todo o município, haja vista, que é nesses territórios que se dá a materialização efetiva e profunda das desigualdades, onde as condições de habitação para seus moradores são muito precárias, bem como existe maior dificuldade de acesso a ações preventivas, pronto-atendimento, testes e tratamentos adequados. É importante, contudo, evidenciar que ao se entender, ainda que minimamente, as características que dão o tom a segregação espacial de Salvador e que são próprias é que se pode atuar nesses territórios de maneira adequada, por não só conhecermos tais características como também (re)conhecermos as desigualdades latentes.

Assim, perceber a cidade de Salvador pelas lentes que o distanciamento e isolamento social nos proporcionou, de acordo com as medidas de prevenção sugeridas pela Organização Mundial da Saúde/OMS (2020), que seja ressignificado o imaginário coletivo simbólico da cidade, bem como se revela em tempos pandêmicos em um simples aperto de mão que se torna fatídico, desestruturando em nós, todo o sentido do viver cotidiano, haja vista, o receio do contato com o outro, o medo e a presença constante da morte, ditam as regras em nossa realidade atual, levando a cidade, ou melhor, os bairros populares que compõem a nossa cidade a se restringir em si mesmos.

Dessa forma, já não é permitido na cidade cantar os festejos e que repentinamente é necessário se vestir de distâncias e ausências. Fizemos com que nossa gente e nossos artistas se confinassem aos chamados da era digital. De acordo com Silva (2001, p. 41) ver, cheirar, ouvir, passear, deter-se, recordar, representar são atributos que devemos considerar em cada cidade. Contudo, não qualquer cidade, mas àquela que se comporta de forma vivencial, ou seja, sob uma coleção de fragmentos de lugares percebidos, vivenciados e sentido por meio da

sociabilidade humana dentro das relações interativas dos indivíduos com a cidade. Sendo assim, a cidade se desdobra nas percepções das coisas vivenciáveis.

Enfim, entendemos que as circunstâncias que modificam uma determinada normalidade, conferem novos sentidos aos moradores da cidade. Dito isto, vemos que a nossa cidade passou a experimentar uma nova dinâmica, evocando um processo de descontínuo da vida social, proporcionado pelo aparecimento da Covid-19 que causou fortes desconstruções no modo de estabelecer relações e perceber nossa cidade.

Nota-se que circunstancialmente, o que vivemos e experimentamos em nossa contemporaneidade é uma onda de incertezas, pavor e esperança, que criou o cenário soteropolitano e de outras capitais mais espesso, haja vista, percebermos que as cidades não foram projetadas para as ausências e o silêncio. Muito pelo contrário, as construções cidadinas são norteadas das dinâmicas flexíveis entre o ser-estar e o perceber-se na urbe. Enfrentar uma crise sanitária tem sido um grande desafio, vemos que os territórios populares, os coletivos, os movimentos sociais buscaram fazer manobras e criar estratégias para transpor a crise.

4 AS NARRATIVAS E OS DISCURSOS SOBRE O PAC-UAP NAS COMUNIDADES ESTUDADAS

O fenômeno urbano, no que diz respeito ao processo de migração de pessoas da zona rural para urbana, bem como o respeito às comunidades tradicionais compostas por povos pescadores, marisqueiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, traz e aumenta as limitações da cidadania universal materializada nos espaços das grandes cidades. De acordo com Roy (2011, p. 27) o status de informalidade e subalternidade de muitos assentamentos é automaticamente transferido para seus moradores, o que cria uma espécie de divisão de classes na urbanidade. Dessa forma, no Brasil, termos e/ou categorias como “favelado, periférico e suburbano” são mais do que relações geográficas dos indivíduos com a cidade, traz também uma carga identitária e simbólica marginalizada, ligada de forma direta à posição social das pessoas.

Nesta perspectiva, ao longo do século XX, e no contexto das desigualdades profundas que ganham contornos mais visíveis nas cidades brasileiras, as formulações de Lefebvre (2001, p. 45) relativas ao “Direito à Cidade”, ainda que em um lugar de fala bastante diferente da realidade sociopolítica e econômica do Brasil, passou a ser utilizado como um instrumento de luta cidadã que denuncia as injustiças produzidas nos espaços urbanos. Sob a luz do pensamento lefebvriano, a cidade é produzida a várias mãos, e o acesso e uso dela, são de direito coletivo, em oposição a um privilégio individual. Contudo, é premente o entendimento e/ou a compreensão de que o direito à cidade adquiriu nuances de novos debates que operam como bandeiras de participação comunitária efetiva na política urbana.

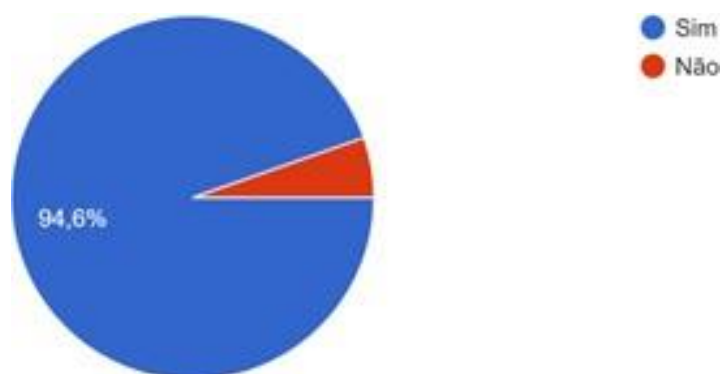
Neste contexto serão abordados neste item as narrativas dos moradores, os discursos das empreiteiras e do governo do Estado, através da Conder, bem como a análise dos resultados e perspectivas futuras

4.1. As narrativas dos moradores

O processo de realização da pesquisa buscou respeitar a investigação que foi feita à luz fatos, dados, relações, elementos que não percebemos no cotidiano. Inicialmente foi realizada visita às comunidades explicando do que se tratava a pesquisa, conversando com os moradores de cada uma delas sobre o PAC-UAP e sobre como ocorreria a pesquisa. Registra-se a dificuldade sobretudo, no que diz respeito ao acesso a uma das comunidades para aplicação das entrevistas e questionários, fazendo-se necessário a autorização do poder local da “fação” (“tráfico”).

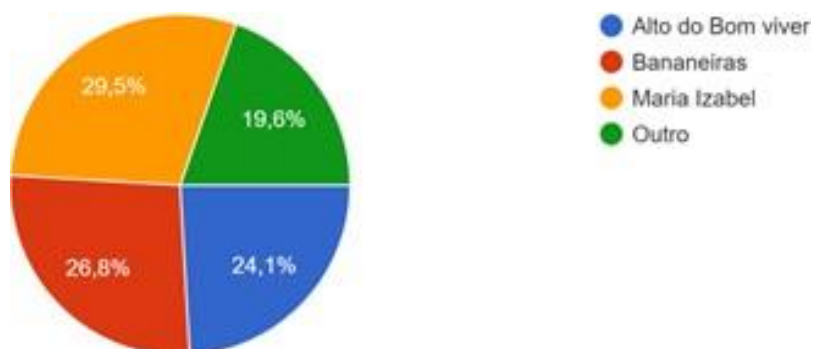
A pesquisa foi desenvolvida no Subúrbio Ferroviário de Salvador, tendo sido obtidas 112 respostas, das quais 94,6% dos entrevistados/as são residentes na região. Os 5,4% restantes, apesar de não residirem, informaram que tem parentes que residem nas comunidades pesquisadas ou em localidades próximas às mesmas. (Gráfico 1). O percentual de pessoas que responderam ao questionário online da pesquisa nas três comunidades escolhidas encontra-se expresso no gráfico 2. Observa-se que há um equilíbrio de participação dos moradores das comunidades escolhidas. (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Entrevistados/as residentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA.



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

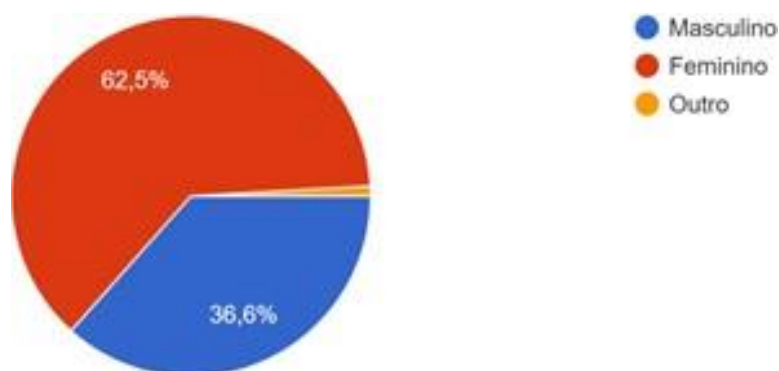
Gráfico 2 – Quanto às comunidades participantes da pesquisa



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

A maioria dos respondentes/entrevistados/as são do gênero do sexo feminino, correspondendo a 62,5%, e 36,6% do sexo masculino. Em sua grande maioria, as mulheres são representantes chefes de famílias, conforme apresentado no gráfico 3:

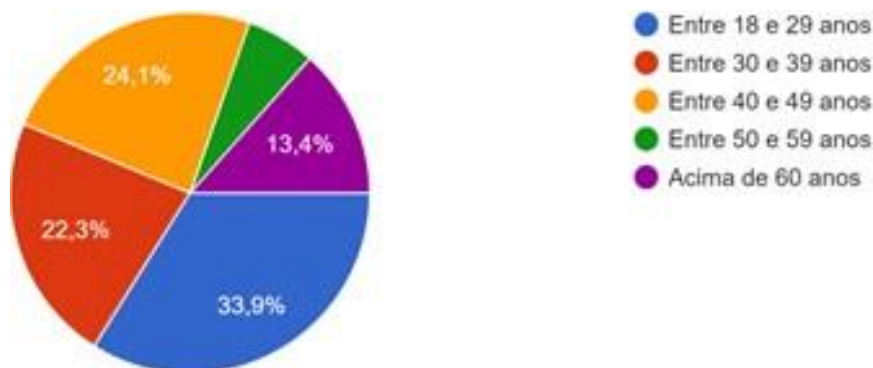
Gráfico 3 – Percentual de gênero (entrevistados/as respondentes da pesquisa)



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

A faixa etária dos/as entrevistados/as tem uma variação muito importante, abrangendo todas as idades, o que nos faz perceber uma proximidade percentual das respostas nas narrativas, as quais, conforme será abordado adiante, apontam para as injustiças percebidas. (Gráfico 4).

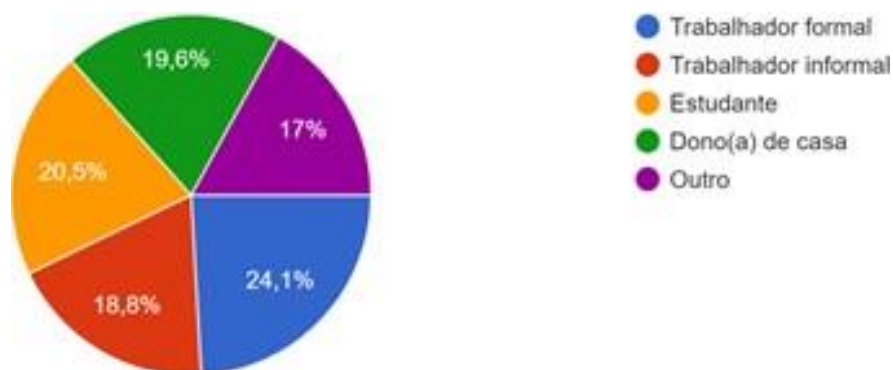
Gráfico 4 – Faixa etária dos/as entrevistados/as



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

O gráfico 5 nos apresenta a ocupação principal dos/as entrevistados/as. Observa-se que essa categoria se encontra dividida em porcentagens distintas, mas, muito próximas.

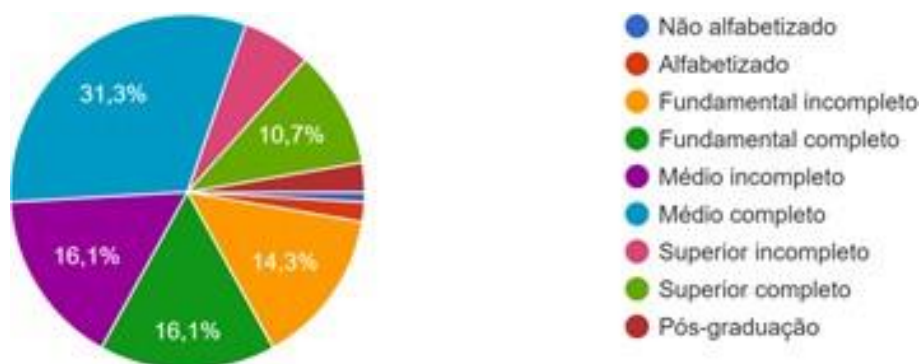
Gráfico 5 – Ocupação principal dos/as entrevistados/as



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

Sabe-se que a realidade das comunidades periféricas geralmente é caracterizada pela baixa escolarização, o que pode ser evidenciado no gráfico 6:

Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos/as entrevistados/as

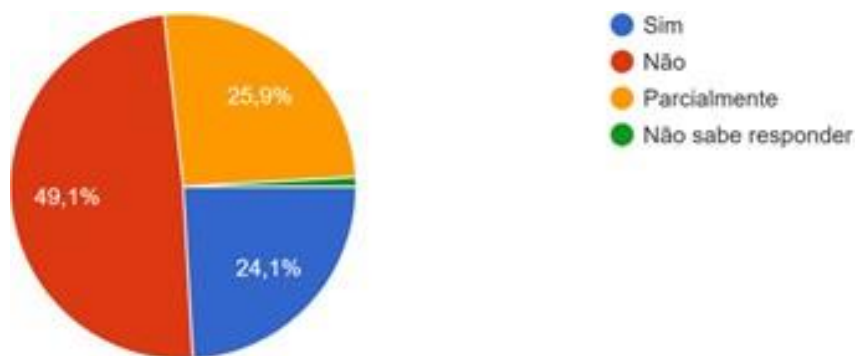


Fonte: OLIVEIRA, 2021.

No que tange às questões de percepção sobre a estrutura da comunidade e/ou bairro que reside, constatou-se que 49,1% dos respondentes/entrevistados/as dizem que “não” consideram a comunidade bem estruturada, seguidos por 25,9% que acreditam que a comunidade é “parcialmente”

estruturada, 24,1% que afirmam que “sim”, sendo considerada bem estruturada e 0,9% que “não souberam responder”. (Gráfico 7).

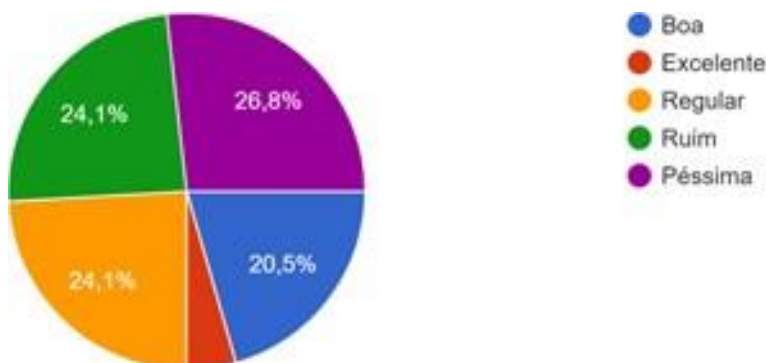
Gráfico 7 – Percepção da estrutura da comunidade (entrevistados/as respondentes da pesquisa)



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

O gráfico 8 apresenta as respostas ao questionamento acerca de como os participantes percebem e classificam as condições de sua comunidade e/ou bairro, no que diz respeito à moradia, rede de água e esgoto, iluminação pública, escola, creche, posto de saúde, acessibilidade, transporte, destacando-se que 4,5% consideram excelentes as condições de sua comunidade ao contrário das demais que aparecem no gráfico como regular, ruim ou péssima.

Gráfico 8 – Classificação das condições da comunidade e/ou bairro a partir da percepção dos/as entrevistados/as respondentes.

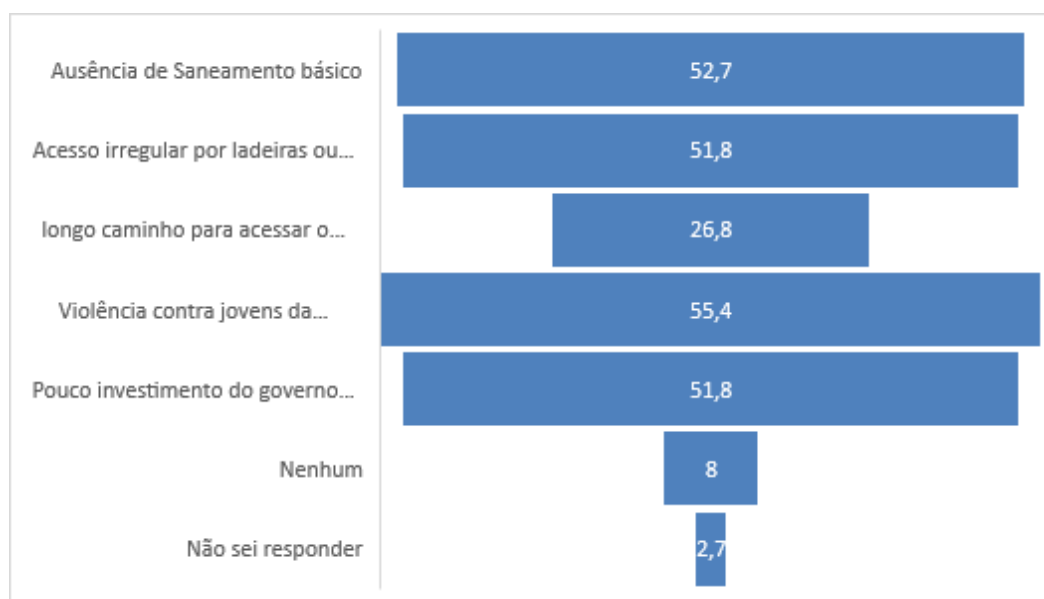


Fonte: OLIVEIRA, 2021.

Com base nos resultados da aplicação dos questionários na modalidade online tem-se que: 52,7% apontam a ausência de saneamento básico; 51,8% o acesso irregular por ladeiras ou escadas

malfeitas; 26,8% o longo caminho que os/as sujeitos/as devem percorrer para acessar o transporte público; 55,4% a violência contra jovens negros das e nas comunidades e, por fim, e não mesmo importante, 51,8% o investimento reduzido do governo para melhorar a infraestrutura dos bairros e/ou comunidades. Vale também informar que só 8% afirmaram não haver “nenhuma” das situações apresentadas e 2,7% “não souberam responder”. Neste sentido, o desrespeito é muitas vezes latente pungente no que tange à vida das pessoas, sua identidade e pertencimento local. (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Situação geral da infra-estrutura na percepção dos participantes



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

Através das entrevistas realizadas nas respectivas comunidades relativamente à opinião sobre as obras de urbanização do PAC/UAP identificou-se como um dos principais problemas, a morosidade na execução das obras, assim como a ausência de diálogo do governo do Estado, através da CONDER, com a comunidade, invisibilizando a voz dos/as sujeitos/as locais.

Para os/as entrevistados/as o diálogo entre governo do Estado e comunidade sempre foi excludente, muitas vezes invisível, o que só (re)afirma o entendimento de que o Estado quando chega nos territórios populares, com projetos previamente definidos e elaborados a serem implantados, não levam em consideração a voz do povo. No entanto, ao longo do tempo, este diálogo foi melhorando, mas, ainda assim, para os entrevistados as obras do PAC são obras meramente “eleitoreiras”.

O governo deveria levar mais em consideração a opinião dos moradores da comunidade. Nos últimos anos esse dialogo tem ocorrido com mais frequência quando é implantado algum tipo de obra na comunidade, porém ainda precisa ser mais objetivo e claro. (ENTREVISTADO 1).

Eu vejo que essas obras são meramente eleitoreiras, não atendem as necessidades das comunidades, eles precisam ouvir a comunidade antes de implantar um determinado projeto. (ENTREVISTADO 2).

Outros problemas foram apontados no que diz respeito à relação entre Estado e comunidade, podendo-se destacar o descaso social, falta de respeito, pouco diálogo e falta de clareza. Ainda na percepção dos moradores, suas narrativas avaliativas apontam que o governo poderia ter o apoio das comunidades para ações positivas, baseado em escuta qualificada e acolhedora acerca dos anseios dos moradores relativamente à segurança; melhorias do saneamento básico; realização de mais obras de contenção de encostas; qualificação profissionalizante para os jovens; melhoria na mobilidade e acessibilidade das escadas.

De acordo com a entrevistada 3, entre 20 e 30 anos, sua comunidade, dentre as outras participantes da pesquisa, sofre com o “descaso do poder público, de políticas que sirvam de fato ao interesse da comunidade, por esta, ter sido ouvida”. Em sua fala, ela nos traz a realidade de muitas comunidades periféricas que sofrem com as diversas expressões da questão social que as tornam, sobretudo, invisibilizadas e vulnerabilizadas.

A minha comunidade sofre e já sofreu muito com: deslizamento de terra, assassinato de policiais, aumento da violência de todo o tipo e falta de saneamento básico, falta de iluminação pública. E esse monotrilho/VLT não se sabe o que será de nós, se na comunidade terá famílias retiradas, se terá trabalho para quem aqui vive, “mandam a gente entrar no site para se cadastrar para trabalhar mais não informam nada e quem tem dificuldade, faz o que?” (ENTREVISTADA 3).

Em entrevista com uma moradora de uma das comunidades, foi informado que as empresas que executaram as obras não estabeleceram diálogo com comunidade, e nem apresentaram e discutiram o projeto implantado de forma apropriada. Isso é algo que ocorre também nas demais comunidades populares que sofrem intervenções do governo. Contudo, a entrevistada 4 ainda afirma, sobre a execução das obras, que:

já é a quinta empresa a vir fazer serviço aqui. Muitas vezes, os trabalhadores que estão na obra nem sabem o que responder a gente, por que eles não sabem de nada, mesmo. As empresas colocam até umas meninas legais, as assistentes sociais, mas elas entram com medo, também aqui. (ENTREVISTADA 4).

Este é um aspecto importante presente nas falas, tendo uma ou outra que se aprofunda ainda mais nas respostas, ao falar neste quesito, é o caso do entrevistado 5 que diz:

A falta de diálogo demonstra desrespeito com a população. Os projetos e programas já são poucos e, quando existentes, não se

adequam a realidade local. (ENTREVISTADO 5).

Esse mesmo entrevistado aborda ainda as ações positivas que poderiam existir, o que é bem interessante, pois em sua fala, ele também busca a inclusão de outros atores da comunidade - a exemplo das crianças e adolescentes, os “transeuntes” destes espaços mais-que-cotidianamente - haja vista serem estes os viventes destes espaços diariamente e, que estão também refém de um poder paralelo, o “tráfico”.

É fundamental termos primeiro acesso às ações primárias as que dão a estrutura fundamental a uma sociedade, segurança, mobilidade urbana, educação, saúde, saneamento básico, equipamentos de lazer e esporte, iluminação pública, acessibilidade dentre outros. Uma parceria entre o poder público, iniciativa privada e a comunidade para tentarmos o máximo igualar a desigualdade presente na sociedade. (ENTREVISTADO 5).

A fala deste entrevistado aborda o processo inclusivo da juventude. Seria então possível pensar em projetos urbanísticos inclusivos, onde a voz de crianças, mulheres e adolescentes também fossem ouvidas? Acreditamos que sim!

Dessa forma, quando falamos em planejamento urbano e espaço público, é importante refletirmos nas diferentes vivências e formas de sentir os espaços de uma mesma cidade. Observa-se na aplicação da pesquisa diferentes respostas que se apresentam, haja vista, os habitantes de um mesmo território o percebem de forma distinta o que aquele espaço tem a lhes ofertar. Neste sentido, não aprofundando nas questões levantadas pelo entrevistado 5, a fala sobre se pensar em espaços de lazer e esporte, traz-nos a discussão um amplo debate sobre o urbanismo inclusivo, este que nos direciona a pensar que a cidade deve ser projetada considerando as situações particulares da população, acomodando diferentes experiências dentro de um mesmo espaço compartilhado.

Sendo assim, ao se apresentar projetos de urbanização de assentamentos populares o governo deveria dar importância à experiência das crianças que utilizam o espaço público, pensando que o mesmo sofrerá a intervenção na comunidade. Nesta perspectiva, elaborar projetos urbanísticos que incluam crianças e adolescentes é dar-lhes voz; é empoderar esses grupos para além dos que já vivem à margem. São estes também os excluídos e invisibilizados dentro do grupo maior de excluídos e invisibilizados de um papel ativo da sociedade. Neste ponto, deveríamos começar a refletir e auxiliar a mudança e/ou transformação de uma postura excludente, dando a devida importância sobre o papel das crianças no espaço público e dentro da participação cidadã.

Em todas as comunidades pesquisadas as obras concluídas, ou que ainda estão fase de execução, no âmbito do PAC/UAP são: acessibilidade - melhorias na escadaria de acesso as comunidades; implantação de corrimão nas escadarias existentes; contenção de encostas; pavimentação de ruas (Bananeiras); construção de praça (Maria Izabel); Mobilidade - implantação do

projeto VLT/Monotrilho, qualificação dos transportes urbanos (ônibus e micro-ônibus, vans).

As figuras 8 e 9 apresentadas abaixo, mostram que ainda há o que se fazer e que as obras do PAC-UAP ainda estão inconclusas, o que significa dizer total descaso e desrespeito com as comunidades.

Figura 8 e 9 – Contenção de encostas (Alto do Bom Viver)



Fonte: OLIVEIRA, 2021.

Nesse contexto, não cabe mais considerar “Direito à Cidade”, como afirma Harvey (2014, p. 36) apenas como um direito de acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, como um direito de decisão sobre o rumo das cidades, levando os/as indivíduos/as a participarem na produção e uso do espaço,

fazendo com que estes, deliberem, contestem, façam e/ou aprendam a fazer escolhas bem como transformem desigualdades e injustiças.

4.2 A falácia do espantalho: o “poder” que exclui e invisibiliza os territórios

É importante, iniciarmos introduzindo o significado do termo falácia, relacionado a um raciocínio aparentemente lógico e verdadeiro, mas que apresenta uma falha, apresentando-o como falso. No entanto, a falácia foi um recurso que Aristóteles utilizou pela Escolástica e pela Demagogia servindo como figura de linguagem em discursos e temas argumentativos.

A palavra falácia tem origem no latim, *fallacia* que traz como significado aquilo que engana ou ilude. Sendo assim, a falácia é sempre algo enganoso. Mas, vale ainda compreender que a construção das “falácias” é feita por raciocínios que aparentemente podem ser corretos, mas, levam a conclusões falsas.

Neste contexto, denomina-se neste trabalho de “falácia do espantalho” os discursos das empresas (empreiteiras) de engenharia que executaram as obras do PAC-UAP, ou mesmo da própria CONDER, considerando-se que esta tem por finalidade deturpar um argumento e (re)utilizá-lo para atacar o interlocutor, Neste caso, o Estado e as empresas buscam deturpar os argumentos dos/as sujeitos/as das comunidades e, com isso, atacam a eles/as invisibilizando e excluindo sua autonomia, sua voz, seu pertencimento e sua presença nos espaços de disputa de poder.

Dessa forma, podemos aqui perceber nas falas dos entrevistados da CONDER que os mesmos acreditam que o trabalho realizado foi de excelência e que houve a busca de um diálogo acolhedor e participativo junto à população, mas, que não houve tanto progresso, pois que o “povo” é que é desinteressado. Para a CONDER, a partir de entrevista realizada com um representante, por exemplo, embora tenha sido encontrado algumas dificuldades houve pactuação e concordância entre a população e o que lhes fora apresentado, então vejamos:

Para a realização de todo trabalho social sempre antes da execução propriamente dita do projeto físico e social, sempre é realizada uma reunião de apresentação do projeto, para que a comunidade se aproprie do trabalho que será executado, e o mais importante o projeto é elaborado baseado nas demandas e solicitações apresentadas pela comunidade. Durante a apresentação caso tenha algum ponto que precisa ser reformulado, ajustado e/ou adequado isso geralmente já é feito no momento inicial do projeto para que sua execução seja realizada conforme alinhamento entre as partes a comunidade e CONDER. (ENTREVISTADO 6 – representante da CONDER).

É importante, entender que a perversidade no discurso e a responsabilização dos/as sujeitos/as é uma grande falácia dentro do órgão. O que aparece na continuação da entrevista.

Sim, as obras foram definidas de acordo com as demandas da comunidade e quando é necessário haver ajustes sempre que possível isso é feito. Por isso o diálogo e a boa relação com a comunidade, lideranças comunitárias, empresa executora do projeto seja do social ou do físico / construtora é tão importante para o andamento do trabalho. A parceria e o bom entrosamento são fundamentais para que o projeto seja executado de forma harmônica com todos os profissionais envolvidos no processo.

No caso em especial de Alto do Bom Viver alguns descompassos de vez em quando pode ocorrer, como é o caso da relocação de algumas famílias para imóvel provisório e estas permanecem por um tempo maior que o previsto inicialmente do cronograma de execução do projeto. Nesses casos a equipe social/CONDER realiza o devido acompanhamento as famílias durante todo o processo, com vistas a solucionar com brevidade questões que ocorrem no decorrer do trabalho. (ENTREVISTADO 6 – representante da CONDER).

Observa-se que nas falas ou na falácia, há a presença argumentativa de que houve a busca e a colaboração, mas, o que de fato ocorreu foi a exclusão dos/as sujeitos/as que residem na “cidade dos ausentes”, ou melhor, nas comunidades onde buscou-se intervir com a proposta de melhorias. Os moradores, em verdade, sofrem a todo tempo ameaças, exclusões, apagamentos e invisibilizações.

Como um processo que sofreu tantas mudanças, sobretudo com substituição de empresas, pode ser um processo “bom” para os moradores? O que vemos, mais uma vez é a falácia do espantalho, ou seja, aquela que distorce as falas originais e reconstrói sobre ataque às famílias. Uma outra entrevista revelou a quantidade de empresas que entraram e saíram da execução do PAC-UAP nas comunidades pesquisadas.

Houve necessidade de mudança de empresas na execução das obras, todas as mudanças estão relacionadas a questões contratuais. As empresas que participaram desse processo foram: Metro Engenharia - 2013; Geosonda 2015 a 2018; Concreta 2020; PAVLOC 2021 a 2022. (ENTREVISTADA 7 – representante da CONDER).

Ao ser indagada sobre os motivos da mudança das empresas, a entrevistada apresenta da seguinte forma.

No caso da METRO ENGENHARIA e da CONCRETA, os contratos sofreram redução no valor de mais de 25%, o que permite a contratada a rescindir o contrato amigavelmente. Já GEOSONDA, a empresa entrou em recuperação judicial devido a problemas financeiros em outros contratos fora do Estado da Bahia. A empresa não teve condições financeiras de finalizar a obra. (ENTREVISTADA 7 – representante da CONDER).

É importante registrar que a empresa Geosonda foi a que ficou mais tempo e que realizou a maior parte das obras. Será que de fato foram as condições financeiras da empresa que a levaram a ser trocada? Ou foi a redução do valor do contrato imposto pela contratante?

De um lado constata-se a falta de assistência e de informação sobre as obras por parte do órgão público, de outro a insegurança dos moradores em relação as obras e sua conclusão. De um modo geral, tanto empresas que estavam na execução dos contratos, como o próprio órgão estatal, tinham a mesma forma de apropriação do território em relação aos moradores da “cidade dos ausentes” ou seja, o uso da invisibilização das vozes, o silenciamento, o ausentamento, gerando a exclusão.

Segundo os moradores das comunidades pesquisadas, os agentes das empresas contratadas, por meio de licitação, para executar as obras, apenas davam as notícias de que o projeto beneficiaria muitas famílias. No entanto, em entrevista a uma representante da empresa foram fornecidas as seguintes informações.

Para a realização de todo trabalho social sempre antes da execução propriamente dita do projeto físico e social, sempre é realizada uma reunião de apresentação do projeto, para que a comunidade se aproprie do trabalho que será executado, e o mais importante o projeto é elaborado baseado nas demandas e solicitações apresentadas pela comunidade. (ENTREVISTADA 8 – representante da empresa).

Vê-se que durante o processo de implementação e finalização das obras do PAC-UAP nas comunidades haviam várias queixas: de um lado dos moradores, os ausentes e excluídos do processo de melhoria do seu território, do outro as empresas e o próprio órgão estatal. Para os moradores a dificuldade era não serem enxergados, ou melhor, não serem vistos ou mesmo respeitados, e para as empresas a dificuldade de entrega de materiais em virtude dos acessos:

As dificuldades que nós tivemos era relacionado ao transporte de materiais e remoção de entulhos, pois certos lugares não há possibilidade de acesso de máquinas (acessos estreitos e longas escadarias) e volume de entulho era muito grande. (ENTREVISTADA 8 – representante da empresa).

Mais uma vez, a culpabilização fica por conta o espaço, ou melhor, o território. A pergunta que me faço é se o estado através de seus agentes públicos (órgãos e secretarias), bem como das empresas contratadas de fato não enxergam a segregação socioterritorial existente na cidade, sobretudo, aqui em Salvador.. No entanto, é preciso atentar-se para as falas de alguns agentes, que reforça o interesse de se considerar este fenômeno, “a partir do grau espacial ou de concentração territorial das famílias pertencentes a um mesmo grupo, que são definidos segundo critérios socioeconômicos, étnicos, entre outros aspectos”, o que faz com que tenhamos o entendimento de que o subúrbio é uma área relativamente homogêneas, constituída por uma população vulnerabilizada em sua maioria.

4.3 Análise dos resultados e perspectivas futuras

As intervenções realizadas nestas áreas com recusos do PAC/UAP concentraram-se em ações pontuais e fragmentadas, muitas vezes dificultando os processos dialógicos com a comunidade, e assim invisibilizando suas vozes. Analisando os dados levantados nas entrevistas e obtidos na aplicação do questionários, e ainda a partir das conversas realizadas com moradores das comunidades pesquisadas, foi identificado como um dos principais problemas, a falta de diálogo entre a comunidade e o governo (através de suas secretarias) e as empresas de construção civil responsáveis pela implantação dos projetos, resultando em um processo completo e notório de invisibilização e exclusão da voz desses sujeitos, no que diz respeito ao pertencimento e identidade territorial.

Outro ponto constatado neste processo foi a morosidade na execução e no término das obras de urbanização - assim como a ausência de informações sobre a continuidade -, e ainda, a troca de empresas durante o andamento das obras. Seria a causa dessa demora ou morosidade na execução das obras a falta de recursos ou a demora dos repasses destes? Poderia ser entendido ainda que a troca das construtoras pela CONDER gerou a ainda mais burocracia, em decorrência dos novos contratos e retomada das obras? Muitas questões, muitos descasos e falta de respeito. Mas, também a certeza da intenção de invisibilizar os sujeitos.

Um outro ponto levantado em conversas corriqueiras e que foram apresentadas nas falas e percepções dos moradores foi a falta de diálogo frequente com profissionais nas áreas afins do projeto que residem na área, em muitos casos gerando incompatibilidade de projetos, a exemplo de um dos moradores que é mestre de obras que buscou por vezes participar das intervenções com um olhar técnico do fazer de sua profissão e com a experiência de viver e ser um dos fundadores da comunidade, por conhecê-la e, não ter sido procurado. Neste caso, ele utilizou-se do silêncio como poder e, aguardou ser buscado para assim, poder falar.

Registra-se ainda a rapidez do governo do Estado na construção do viaduto na avenida Afrânio Peixoto, em contraposição a grande demora para a realização da obra de construção de uma escadaria de acesso a comunidade de Bananeiras, a pedido dos moradores.

O projeto do PAC-UAP trouxe muitas mudanças e melhorias para estas comunidades, sendo importante frisar que estas comunidades nunca haviam recebido um projeto de urbanização anteriormente. No entanto, era necessário um trabalho colaborativo e participativo entre a comunidade e os agentes público e privado envolvidos neste caso - empresas, comunidades e as secretarias de governo - responsáveis pelas licitações, obras e vistorias.que este, deveria ter sido apresentado e dialogado junto aos sujeitos/moradores das comunidades, de forma a incluí-los nos

processos de tomada de decisão.

Deste modo, podemos constatar que a partir das críticas às obras executadas pelo governo do Estado com recursos do PAC-UAP notadamente, mais uma vez, as lideranças afirmaram seu sentimento de invisibilização e exclusão, haja vista a gestão dos trabalhos ser muito impositiva o que inviabiliza a participação coletiva. O poder público só recorre a comunidade para apresentar uma decisão tomada dentro do gabinete e escritórios das secretarias e das empresas.

Entretanto, fica evidente que o silenciamento e o silêncio causados pela invisibilização e exclusão dos sujeitos nestes processos causam danos e, também geram conflitos. Se faz necessário a melhora da compatibilidade dos projetos e eficiência de execução. Nota-se que isto poderia ser alcançado com uma melhor interação dos órgãos envolvidos, construtoras e comunidade local, o que interferiria diretamente na qualidade e eficácia dos projetos.

Vale dizer que, a experiência confirma que as intervenções casuísticas tendem sempre a beneficiar os territórios mais ricos, ou seja, mais favorecidos e os atores com maiores recursos ou ainda com maior influência, comprometendo assim, os territórios e as comunidades mais fragilizadas. Dessa forma, é preciso compreender que só uma perspectiva integrada pode contrariar desequilíbrios e perseguir o interesse coletivo, razão de ser do envolvimento público. Haja vista a prevalência da força do mercado e da perspectiva econômica, a par do reforço da autonomia dos indivíduos, tende a acentuar os desequilíbrios, o que afeta transversalmente todos os territórios em escala local dentre outras.

Nota-se, enfim, que as lideranças sentem a diferença no processo que lhes causa exclusão, ausência e invisibilização como perda de espaço e poder. Mas o silenciamento desses territórios, prática contundente do Estado, vem mudando, pois, os/as sujeitos e sujeitas vem se empoderando dos seus direitos e lutando contra a opressão, exclusão e invisibilização.

Constatamos por fim, que no processo invisibilizante “a cidade dos ausentes” assume funções distintas, em relação aos cidadãos. Uma delas é o distanciamento, a brevidade e a escassez de encontros face a face dos agentes internos e externos que constituem os espaços e territórios das cidades que apontam especificidades com relação às formas de sociabilidade.

Ainda com relação às resistências dos “ausentes” ou “ausentados” contra as condições impostas pelo poder público e seus agentes, destaca-se o papel do silêncio como poder dos moradores das comunidades nesse contexto, uma das estratégias para a articulação desses como a ladinagem em tempo passados para a ação política.

4.3.1 Abrindo a janela: o olhar sobre a participação social

Início este ponto com uma afirmação: “no Brasil, não existe uma plena participação popular”. O que ocorre aqui é uma movimentação em torno dessa prática em vários estados, haja vista, as esferas do governo (Estadual, Federal ou Municipal) não estabelecerem políticas participativas ou mesmo leis que legitimem a participação.

Ao remontarmos a história, primeiramente devemos compreender o sentido da *pólis* (cidade) que se vincula a palavra grega *politeia* representando uma forma de governo exercida pelos cidadãos, segundo Aristóteles (2005, p. 53) o ponto de partida aqui se dá pela igualdade social entre os cidadãos. Neste sentido, o termo política deriva-se dessa assembleia de cidadãos como parte do processo de governo, evidenciado desde a Grécia Antiga.

Sendo assim, a participação popular em instâncias públicas tem um caráter essencial à própria democracia. Segundo Cremonese (2012, p. 68), dessa forma, o caráter por vezes é utópico e envolto em ideologias que buscam transformar o sistema democrático representativo em uma democracia direta, onde parte desse caminho é constituído pela participação popular.

Vê-se que tal participação exercida pelos cidadãos, no percurso histórico de tantos governos, teve distintas expressões. Uma delas é que a própria cidade sofre as consequências, de modo formal e prático expressa na segregação socioterritorial.

Quando contabilizamos o início institucional da participação no Brasil, de 1988 até 2022, teremos 34 anos desse processo. Entretanto, No entanto, é importante compreendermos e até acreditar que ele não está totalmente efetivado como deveria, mas, também não está totalmente burocratizado e/ou emaranhado, haja vista, a participação enquanto processo sem compreendida como resultado de pequenas conquistas, de lutas contínuas que entra ano e saí ano, traz expressivos e significativos passos.

Cabe-nos pontuar que apesar de lutar contra a postura do Estado representativo, é importante sabermos que a democracia participativa não condena “o Estado”. Ela não deve ser entendida como um caminho anárquico, haja vista ela pressupor sua institucionalização via Estado, sem se limitar ao enquadramento da lei. Dessa maneira, vale a compreensão de que a participação é um pressuposto para o real desenvolvimento da sociedade, fornecendo bases para que esse, o desenvolvimento, aconteça de dentro - com ações que partem da iniciativa individual dos cidadãos em prol desse objetivo - para externar num trabalho coletivo vislumbrando a melhoria das condições de vida para o todo.

É importante dizermos que participar não é um plano voltado só aos desfavorecidos, mas, que este processo envolve ou pelo menos deveria envolver todas as classes, mesmo que signifique conflitos de interesses entre essas e cautela na condução do processo.

O que podemos entender com isso é que a participação exige empenho para ser dinamizada para a população e que o controle social em si, não se restringe somente aos mais pobres. Dessa forma a participação tem por objetivo a diminuição das desigualdades entre quem manda e quem obedece. Assim, em uma sociedade de classes, a participação significa um abalo na estrutura das desigualdades e a quebra de parte dos paradigmas que colocam ricos articulando somente com ricos e pobres com pobres.

Em seu texto, *Nunca fomos tão participativos*, Ermínia Maricato (2007) faz uma crítica ao se referir a movimentos sociais e ONGs dizendo que a preocupação por melhores condições de vida apresenta uma falha, essa crítica é feita num cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, é muito restrito e não considera as condições do capitalismo. Principalmente quanto ao neoliberalismo que ao exigir um corte de gastos públicos, acaba por fim a aumentar gastos sociais devido ao desemprego gerado. Outro exemplo de seus malefícios foi não ter a oportunidade de fazer a reforma agrária no Brasil.

Dessa forma, o processo participativo dentro do PAC/UAP deveria ocorrer em três momentos distintos: **1)** no início da fase de projeto, definida como a fase pré-obra. Aqui, o diagnóstico econômico e social seria apresentado à população, o que incorpora as demandas e necessidades da comunidade. **2)** durante a execução das principais obras. Esse é o momento, em que as informações sobre os trabalhos são fornecidas e, também deveria haver a capacitação dos líderes para mediar conflitos em potencial quando os trabalhos afetassem diretamente os moradores, especialmente no que tange as remoções. **3)** após a conclusão dos trabalhos. fase de adaptação dos moradores ao novo ambiente urbano. Nesta fase, inclui-se a preparação para o uso dos novos espaços públicos, o processo de regularização fundiária e o término do trabalho social.

No que tange as três comunidades de nossa pesquisa a participação comunitária e o ativismo político aumentaram, pode ser notado que os/as moradores/as buscaram compreender o projeto e as obras que seria desenvolvidos em suas comunidades, mesmo sendo excluídos e invisibilizados, eles ainda assim resistiram e lutaram para serem ouvidos, ao contrário do que sempre é comum e ainda se pratica, o rolo compressor que esmaga e aniquila sonhos e pessoas. É importante evidenciar que a permanência do comportamento clientelista que o Estado opera junto as comunidades tem um impacto negativo na formação de espaços públicos para debates e trocas de informação entre os/as sujeitos/as políticos. Dessa forma, o papel que a sociedade civil deve desempenhar na ressignificação das relações entre Estado e sociedade é importantíssimo.

Sabemos que a relação entre Estado e sociedade civil nas comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel não aconteceu de maneira equânime, experiência do PAC/UAP nestas comunidades, deixa evidente que sem uma postura comprometida com a construção da autonomia total dos/as sujeitos/as subalternizados/as, pouco poderá se acrescentar a ideia de justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa realizada buscamos conectar os temas da invisibilidade, exclusão e silenciamento aos projetos implantados pelo PAC-UAP em três comunidades de Salvador. Dessa forma, utilizamos as narrativas e memórias dos moradores sobre as trajetórias vivenciadas pelas comunidades posterior à intervenção do PAC, bem como buscando identificar as relações e conflitos estabelecidos com o poder público e empresas privadas contratadas para a realização das obras. O argumento principal é que, para além da invisibilidade, as comunidades utilizam-se do silêncio como forma de poder e de contrapoder na luta por serem ouvidos, gerando, desse modo um potencial transformador e importante a longo prazo, no contexto das lutas por terra, habitação e infraestrutura, acentuando os debates na sociedade.

A participação popular na implementação e planejamento de projetos bem como na gestão urbana é tema recorrente nos meios técnicos e acadêmicos, estatais e no terceiro setor. Entretanto, no regime democrático representativo, a participação dos cidadãos é limitada, pois a representação significa a alienação do poder a outrem.

É importante ressaltarmos como o processo da pesquisa desnudou a invisibilização e exclusão de sujeitos de comunidades vulneráveis, territórios populares ou comunidades periféricas. Cabe-nos dizer que, com a possibilidade do aumento de recursos financeiros para realizar melhorias através do PAC-UAP, pode-se observar que o ocorrido a partir das narrativas dos moradores das comunidades observadas foi a perda de espaço da participação em decorrência dos requisitos burocráticos. O escopo dessas negociações muitas vezes é incompatível com a realidade local, o que prejudica a implantação de projetos participativos, que envolvam soluções específicas para os territórios onde serão implementados.

Nas narrativas dos moradores é possível perceber ainda o sentimento de pertencimento à terra, apontado enquanto o seu local de moradia e sustento, bem como o orgulho de morar nestes espaços, ou melhor, nas comunidades em questão, sem deixar, entretanto, de apontar os problemas e as dificuldades existentes. Em suas memórias remonta a história que constituiu estes territórios e suas lutas por permanência.

É sabido que o projeto do PAC/ UAP trouxe e ainda traz muitas mudanças e melhorias para as comunidades e/ou bairros estudados. Contudo, há de se levar em consideração que a voz das pessoas que continuam abafadas por técnicos e técnicas do

Estado, ou de empresas privadas, que robotizam o diálogo, ao invés de humaniza-lo. No entanto, é necessário e premente que a melhoria proposta seja construída de maneira participativa e que tenha compatibilidade dos projetos e eficiência de execução com os anseios da comunidade. Nota-se que isto poderia ser alcançado com uma melhor interação dos órgãos envolvidos, construtoras e comunidade local, o que interferiria diretamente na qualidade e eficácia dos projetos.

Desse modo, ao analisarmos as narrativas, conversas informais bem como as respostas obtidas no questionário *online*, pudemos dialogar com os/as sujeitos/as que ressignificam seus territórios, a partir das lutas cotidianas e de sua pertença do lugar. Desta forma, apresentados os conflitos existentes no território, quer seja em relação a falta de saneamento e de segurança pública; a violência sofrida por mulheres, lgbtqia+, idosos e jovens; bem como os “desastres naturais” advindos de deslizamentos de terras das encostas, em tempo de chuva e alagamentos, foi possível identificar a luta que faz com que a comunidade não só exista, mas principalmente resista aos processos de invisibilização, exclusão e silenciamento que ocorre por parte do poder público e do setor privado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. *Geografia de Salvador*, 2. ed. Salvador : EDUFBA, 2009.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma dos programas sociais. *Dados*, v.45, n.3, p.431-57, 2004
- _____. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Fiocruz, 2012.
- ARRETCHE, M. et al. *Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional*. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.
- BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Produção: Emilie Lesclaux, Said Ben Said, Michel Merkt. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2019.
- BRANDÃO, M. de A. *Origens da expansão periférica de Salvador. Planejamento*. Salvador, v.6, n.2, p.155-172, abr./jun., 1978.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. 11º Balanço do PAC2 – set/dez 2014. Disponível em http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11_MinhaCasaMinhaVida.pdf. Acesso em: 26/12/2021
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação*. Brasília, 2010.
- BRITO, M. *Habitação Social: a coordenação intergovernamental nos programas federais recentes*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- CREMONESE, D. A participação como pressuposto da democracia. *Revista desenvolvimento em questão*. Ed. Unijuí, RS, ano 10, nº 19 Jan./Abr. de 2012, p.78- 102..
- CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- _____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- DENALDI, R. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Ditos & escritos: Estratégias, poder-saber*. (vol IV). Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: _____; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). *Silêncios e educação*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

_____; MARQUES, Luciana Pacheco. Silêncio e educação. In: _____; _____ (Orgs.). *Silêncios e educação*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FRANCISCO JR., W. E. Opressores-oprimidos: um diálogo para além da questão étnico-racial. *Química Nova na Escola*, São Paulo, n. 26, p. 10-2, 2007.

FENELON, D. R. “Introdução”. In: *Cidades: Pesquisa em História*. Programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC / SP, Coletânea. São Paulo: EDUC, 2000.

FONSECA, Maria Nazareth S. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negros na cultura brasileira. In: *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GALVÃO, Ian Mendes. SOARES, Igor do Espírito Santo. TEIXEIRA, Aparecida Netto. *A implantação do programa de aceleração do crescimento – urbanização de favelas (PAC/UAP) em Nova Constituinte, Salvador/BA: avanços e limites*. Salvador. 2019

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003. 96 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHEDIN, Evandro. *Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa*. In: II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos. 2004, Bauru. Anais... Bauru: USC, 2004. p. 1-14.

GORDILHO-SOUZA, Ângela *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, R. R. Políticas habitacionais na federação brasileira: os estados em busca de seu lugar. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas, 2009.

LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização afro-brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2013.

HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural*. n.º 24. IPHAN. Ministério da Cultura. 1996.

IPEA. O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas. Comunicados do IPEA, n. 188, 2011.

_____. O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas. Comunicados do IPEA, n. 188, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética das favelas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 013.08, *Vitruvius*, jun. 2001
<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>.

JUNIOR, Itamar V. *Torto Arado*. São Paulo. Editora Todavia, 2019.

KLINTOWITZ, D. Entre a Reforma Urbana e a Reforma Imobiliária: a Coordenação de Interesses na política habitacional brasileira nos anos 2000. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas, 2015

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, A. F. *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20, 1998.

LENCIONI, S. Da cidade a sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D.(org.). *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 65-76.

LETRUD, Raymond. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

LO BIANCO, M. O PAC-Manguinhos: política urbana, usos e representações da cidade. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, 2011.

MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. *Revista Sem Terra*, ano X, n. 43, 2008. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/revista-sem-terra.pdf>. Acesso em 10 jun.2022.
26/11/2007

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha. São Paulo: Hucitec, 1992

MBEMBE, Achille. *O devir negro*. In: *Crítica da razão negra*. Tradução: Marta Lança. Portugal. Antígona. 2014.

MOURAD, Laila N.; SILVA, Patrícia C. TEIXEIRA, Aparecida. N. *Relatório Preliminar: Programa De Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em Salvador*, 2018a

MOURAD, Laila N.; SILVA, Patrícia C. TEIXEIRA, Aparecida. N.; As intervenções do PAC em Salvador / BA. In: Adauto Lucio Cardoso; Rosana Denaldi. (Org.). *Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. 1ed. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2018.

MIGNOLO, W. *Desafios decoloniais hoje*. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

NASCIMENTO, Fillipi L. Da invisibilidade ao reconhecimento: a (im)posição das periferias nas lutas pela cidadania urbana. *Revista Sociologias Plurais*, v.5, n.1, p. 76-96, jul. 2019.

PAZ, Rosângela; RODRIGUES, Evanize; RODRIGUES, Caroline; SOUZA, Emerson. Resistências e Estratégias dos movimentos sociais em Tempos de Pandemias. Videoconferência realizada em 16/06/2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jhjwS7CAtUY>.

PEDRÃO, Fernando. **Elementos econômicos de uma urbanização contraditória**. Salvador, Revista de Desenvolvimento Econômico, julho, 2005.

PEREIRA, Álvaro. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. In: **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 16, n. 32, nov. 2019.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. Ilustrações: PEDRO, Rafael. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, v. 3, n. 3, 1997.

ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia nas eras das finanças* São Paulo, Boitempo.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1996.

REDFIELD, Robert. *Little community and peasant society and culture* - University of Chicago Press, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de Ciências Sociais**, nº 63, 2002. p. 237-280. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.pdf. Acesso em: 20 de nov de 2020.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade de Salvador: estudos de geografia urbana*. EDUFBA, 2 ed. São Paulo, Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS JUNIOR, O. A.; LACERDA, L. ; WERNECK, M; RIBEIRO, B. Informalidade, Invisibilidade e vulnerabilidade dos cortiços: disputas pela centralidade na área portuária do Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, v. 21, núm. 42, pp. 83-118, 2018.

SAQUET, Marco A. SILVA, Sueli S. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. Geo UERJ - Ano 10, v.1, n. 18. 2008. P. 24 - 42.

SAWAIA, B. B. (org.). (1999). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

SERPA, Ângelo. *O Bairro como Discurso: limites e possibilidades*. in SERPA, Ângelo (Org.) *Cidade popular. Trama de Relações Sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, M. A. de M. *Trabalhadores Rurais: a negação dos direitos. Raízes*. Vol.27 n.1, 2008.

SILVA, M. O. da S. (Coord.) *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.

_____. A política pública de transferência de renda en-quanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v.7, n. 2, p. 233-253, 2003.

_____. Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação? *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

_____. *et al* Pobreza no Brasil e na Argentina: dimensão e políticas de enfrentamento. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, p. 171-196, 2007.

SILVA, M. A. da. A evolução urbana do Centro Histórico de Salvador e a preservação da continuidade funcional do bairro de Santo Antônio além do Carmo. In:

VASCONCELOS, P. A.; SILVA, S. B. de M. e S. (Orgs.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 259-271.

SILVA, H. S.; PEREIRA, G. C. Salvador em números: uma análise da urbanização soteropolitana através dos Censos Demográficos (1940 – 2010). *Anais... Urbba* [15]. Seminário de Urbanismo na Bahia.

SILVEIRA, Maria J. *A educação pelo silêncio: o feitiço da linguagem no candomblé*. Ilhéus/BA. Editus. 2004.

SOJA, E. W. *The political Organization of Space*. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SOTO, William Héctor G. *A cidade, o subúrbio, a periferia*. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/71.pdf>

SOUZA E SILVA, Jailson de, e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor da cidade*. São Paulo/ Rio de Janeiro: SENAC / X – Brasil, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WACQUANT, L. J. D. Proscritos da Cidade: estigma e divisão social nos Estados Unidos e na França. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, p. 64-83, nov. 1995.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A 'CIDADE DOS AUSENTES' E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR/BA.

Pesquisador: ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 43044621.4.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.557.189

Apresentação do Projeto:

O projeto ora apresentado tem por finalidade a investigação acerca da experiência do Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em Salvador/BA em um conjunto de territórios populares selecionados na cidade de Salvador/BA, na perspectiva de apropriação do espaço sentido e vivido pelos moradores, em contraponto ao espaço concebido/planejado da cidade dos ausentes. O recorte espacial e temporal são as comunidades de Alto do Bom Viver, Maria Isabel, localizadas no Subúrbio Ferroviário, no período entre 1970 e 2019, contempladas por projetos do PAC/UAP, ainda não concluídos, e que vem sendo concomitantemente impactadas pela implantação do projeto de mobilidade urbana do governo estadual referente ao monotrilho. A pesquisa será desenvolvida a partir da abordagem humanístico-cultural, com base na fenomenologia e na percepção, desvendando, pelas construções sócio-culturais, os significados e a identidade do lugar, revendo o conceito de espaço como lugar, e redimensionando o território popular, a partir das representações cognitivas que interpretam o ambiente vivido. Desse modo, pretende-se contribuir para o processo de formulação de políticas públicas de urbanização de territórios populares, a partir das percepções subjetivas do cidadão.

A metodologia proposta abrange levantamento bibliográfico e documental, entrevista semiestruturada, questionário, observação direta, e registros fotográficos.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar e discutir a implementação das políticas públicas de urbanização de territórios populares de Salvador, a partir das narrativas e memória dos moradores, tendo como recorte espacial as comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras, Maria Isabel e Santo Antônio, localizadas no Subúrbio Ferroviário, no período de 1970 a 2019.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Com relação aos riscos ou possíveis impactos negativos para os participantes e/ou grupo social, entende-se que estes são mínimos, haja vista, que os participantes não serão identificados e, que estes, responderão por intermédio de manifestação livre à questões sobre sua comunidade e sua percepção sobre as intervenções realizadas pelo Estado, através do PAC/UAP. Considerando que "toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados", os riscos de participação na pesquisa se caracterizam por apresentar desconfortos, stress e constrangimentos durante a aplicação das entrevistas e questionários. O pesquisador se compromete a minimizar/reduzir/ eliminar os riscos, apoiar o participante e garantir a confidencialidade dos dados.

Benefícios: Contribuir para o aprofundamento dos estudos acadêmicos relativos às políticas públicas voltadas para habitação social; sensibilizar o poder público para o tratamento de forma mais efetiva das demandas das comunidades, quando da implantação de programas e projetos; promover a aproximação entre Academia e comunidades, buscando a troca de saberes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, de caráter acadêmico, realizado para obtenção de título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade, da Universidade Católica do Salvador. Patrocinador, o próprio pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou pendências e lista de inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou pendências e lista de inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador apresentou todos os termos obrigatórios. O projeto está em concordância com os preceitos éticos estando apto a ser executado.

Considerando o disposto na Resolução 510/16, trata-se de uma pesquisa que dispensaria a aprovação do Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1699202.pdf	09/02/2021 18:10:43		Aceito
Folha de Rosto	AndreAugustoOliveira_Folhaderosto.pdf	09/02/2021 18:09:50	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Outros	TERMODEAUTORIZACAODEUSOEDEPOIMENTO.pdf	09/02/2021 18:07:12	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Outros	ROTEIOPARAQUESTIONARIO_ONLINE.pdf	09/02/2021 18:05:42	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Outros	ROTEIOPARAENTREVISTA_SEMIESTRUTURADA.pdf	09/02/2021 18:05:12	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	TERMODEANUENCIA.pdf	09/02/2021 18:03:30	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_QUESTIONARIOONLINE.pdf	09/02/2021 18:02:06	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTASEMIESTRUTURADA.pdf	09/02/2021 18:01:47	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	09/02/2021 18:00:34	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.xls	09/02/2021 17:59:38	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/02/2021 17:59:26	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ANDREAUGUSTOARAUJOLIVEIRA_Projetodepesquisa_Mestrado2021_FINAL.docx	09/02/2021 17:58:42	ANDRE AUGUSTO ARAUJO OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado.

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 24 de Fevereiro de 2021

Assinado por:

Eliana Sales Brito (Coordenador(a))

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS)**

O (A) senhor (a) está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada: A “CIDADE DOS AUSENTES” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR/BA, será desenvolvida pelo pesquisador **André Augusto Araújo Oliveira**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade - TAS da Universidade Católica do Salvador/UCSal, sob a orientação da Professora Dr^a. Aparecida Netto Teixeira. Esta pesquisa tem por objetivo investigar e discutir a implementação das políticas públicas de urbanização de territórios populares de Salvador, a partir das narrativas e memória dos moradores, tendo como recorte espacial as comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras, Maria Isabel e Santo Antônio, localizadas no Subúrbio Ferroviário, no período de 1970 a 2019. Para a coleta de dados/informações será realiza uma entrevista com o (a) senhor (a) com perguntas relacionadas ao tema e terá duração de 20 (vinte) a 60 (sessenta) minutos. Para minimizar qualquer desconforto e manter a privacidade a entrevista apresentará caráter anônimo. A sua participação NÃO é obrigatória e, a qualquer momento, o (a) senhor (a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o senhor (a). Ao decidir participar desta pesquisa, caso não se sinta à vontade com alguma questão, o (a) senhor (a) poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo. As informações fornecidas serão utilizadas apenas com fins científicos, e sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato. Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, apenas o investimento do tempo para responder o questionário. Mas caso tenha alguma despesa, o (a) senhor (a) será ressarcido (a). O estudo não apresenta benefícios imediatos (a) mas poderá contribuir para o aprimoramento do planejamento urbano e de políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas o deslocamento de pedestres e ciclistas na cidade. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para o entendimento e fortalecimento da importância da mobilidade ativa, com vistas a cidades mais inclusivas e com melhor qualidade de vida, além de fomentar a produção científica relativa ao tema. Assim você poderá ser beneficiado indiretamente. Segunda a Resolução 466/2012 toda pesquisa envolve risco em tipos e gradações variados. Porém a sua participação na pesquisa não acarretará riscos significativos a você, além da expressão de sua opinião. Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o (a) senhor (a) e a outra com o pesquisador. Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Aluno: André Augusto Araújo Oliveira – andreaa.oliveira@ucsal.edu.br; Tel: (71) 99271-2753. Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador/UCSal - Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, Salvador / BA, CEP: 41740-090.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira – aparecida.teixeira@ucsal.br; Tel.: (71) 32067895. Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, Salvador / BA, CEP: 41740-090.

Eu, _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.
Local e data: _____

Assinatura do participante: _____
Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (QUESTIONÁRIO ONLINE)

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário, da pesquisa científica A “**CIDADE DOS AUSENTES**” E AS **POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR/BA**, será desenvolvida pelo pesquisador **André Augusto Araújo Oliveira**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade - TAS da Universidade Católica do Salvador/UCSal, sob a orientação da Professora Dr^a. Aparecida Netto Teixeira. Esta pesquisa tem por objetivo investigar e discutir a implementação das políticas públicas de urbanização de territórios populares de Salvador, a partir das narrativas e memória dos moradores, tendo como recorte espacial as comunidades de Alto do Bom Viver, Bananeiras, Maria Isabel e Santo Antônio, localizadas no Subúrbio Ferroviário, no período de 1970 a 2019. Esta pesquisa ocupará aproximadamente 10 a 15 minutos de seu tempo. Sua participação é e voluntária. Suas respostas serão confidenciais e analisadas de forma consolidada, e sua identidade será mantida em anonimato. Importante informar que: O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário online, elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo. O (a) Senhor (a) **NÃO** terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Mas caso tenha alguma despesa, o (a) senhor (a) será ressarcido (a) e em caso de dano, em decorrência do estudo, será garantida a sua indenização. O (a) Senhor (a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa. O estudo não apresenta benefícios imediatos (a) mas poderá contribuir para o aprimoramento da cidade. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. Se você concordar em participar deste estudo, o que corresponderá à assinatura do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE, clique no botão CONTINUAR – DESEJO PARTICIPAR e iniciaremos. Caso não concorde em participar, clique em NÃO DESEJO PARTICIPAR

Aluno: André Augusto Araújo Oliveira – andreaa.oliveira@ucsal.edu.br; Tel: (71) 99271-2753. Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador/UCSal - Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, Salvador / BA, CEP: 41740-090.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira – aparecida.teixeira@ucsal.br; Tel.: (71) 32067895. Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, Salvador / BA, CEP: 41740-090.

(Ao fim das respostas do questionário)

Muito obrigado por participar deste estudo!

Se tiver interesse de receber uma cópia deste questionário e /ou dos resultados após a conclusão desta pesquisa, envie seu pedido para: andreaa.oliveira@ucsal.edu.br

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁUDIOS E DEPOIMENTOS

Eu, _____, portador do CPF: _____ e RG: _____, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como, de estar ciente da necessidade de uso de meu áudio e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador André Augusto Araújo Oliveira, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, sob a orientação da Professora Dr^a. Aparecida Netto Teixeira, responsáveis pelo projeto de pesquisa intitulado **A “CIDADE DOS AUSENTES” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR/BA**, a gravar áudios que se façam necessários e/ou colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiro a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes áudios (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides, vídeos e transparências), em favor do pesquisador acima especificado.

Salvador/BA, _____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****Data da entrevista/ horário:****Local:****Entrevistado:****Entrevistador:**

1. Você sabe o que é o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento?
2. Qual(is) projetos ligados ao PAC estão sendo viabilizados próximo à sua comunidade no subúrbio Ferroviário de Salvador?
3. Em sua opinião, quais as principais dificuldades para a implementação de programas e projetos, a exemplo do monotrilho, estão ocorrendo em sua comunidade no Subúrbio Ferroviário de Salvador?
4. A comunidade local participa do planejamento das implementações do PAC? Se sim, como ocorre? Se não, como ocorre o planejamento dessas implementações do PAC, a exemplo do monotrilho/VLT no Subúrbio Ferroviário de Salvador?
5. Em sua opinião, como ocorre a escuta da Voz da comunidade local nas implementações do PAC, projeto monotrilho/VLT?
6. Como às autoridades responsáveis pela implementação do PAC dialogam com a comunidade?
7. Quais as instâncias de participação popular no planejamento urbano do município?
8. Considerando que é realizado o planejamento para execução e implantação de políticas públicas de urbanização na cidade. Em sua opinião, o planejamento prevê a participação popular?
9. Há um aproveitamento/recrutamento da mão de obra local, na etapa de implementações do PAC?

10. Considerando a implantação do monotrilho/VLT, em sua opinião, esse projeto trará benefícios para a região em que está traçada para ser implantado?
11. Em sua opinião, como você percebe a desapropriação, ou melhor, a retirada de famílias de suas casas para a implantação de um projeto do governo, como ocorre nas obras do PAC?
12. Para você quais serão os prejuízos com a implantação do monotrilho/VLT, projeto pertencente ao PAC para você e os moradores de sua região?
13. Em sua opinião a cidade contempla espaços para todos os tipos de mobilidade (motorizados e não motorizados) para atender a região do Subúrbio Ferroviários ou existem aspectos dificultadores? Se existem, quais são eles?
14. Quais as limitações encontradas para a implementação de ações ou políticas públicas direcionadas as comunidades populares, a exemplo, dos bairros que compõe o Subúrbio Ferroviário de Salvador pelo governo da cidade?
15. Na sua opinião, qual a importância das comunidades populares e, de todos/as os/as sujeitos/os residentes nessas áreas para a criação de políticas públicas planejadas e executadas que favoreçam o bem-estar dos mesmos na cidade?

APÊNDICE E - ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO ONLINE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR – BAHIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE

ROTEIRO PARA *QUESTIONÁRIO ONLINE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR – BAHIA*

Data ___ Local _____

- 1) Sexo
 - a) Masculino
 - b) Feminino

- 2) Faixa etária
 - a) Entre 18 e 29 anos
 - b) Entre 30 e 39 anos
 - c) Entre 40 e 49 anos
 - d) Entre 50 e 59 anos
 - e) Acima de 60 anos

- 3) Ocupação principal
 - a) Trabalhador formal
 - b) Trabalhador Informal
 - c) Estudante
 - d) Dono/a de casa
 - e) Outro

- 4) Grau de escolaridade?
 - a) Não alfabetizado
 - b) Fundamental incompleto
 - c) Fundamental completo
 - d) Médio incompleto
 - e) Médio Completo
 - f) Superior incompleto
 - g) Superior Completo
 - h) Pos graduação

- 5) Senhor (a) reside no Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA?
 - a) Sim
 - b) Não

5.1) Se o/a Senhor (a) respondeu, “SIM” a pergunta anterior: Responda: Em qual dessas comunidades:

- a) Alto do Bom Viver
- b) Bananeiras
- c) Maria Izabel
- d) Santo Antônio

6) O/A Senhor (a) considera a sua comunidade/bairro bem estruturada?

- a) Sim
- b) Não
- c) Parcialmente
- d) Não sabe responder

7) Como o(a) Senhor(a) classifica as condições de seu bairro (moradia, infraestrutura, escola, creche, posto de saúde, transporte)?

- a) Excelente
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- e) Péssima

8) Quais são as situações a seguir que mais lhe incomodam em seu bairro?

- a) Ausência de saneamento básico;
- b) Pouco investimento do governo para melhorar a infraestrutura do bairro;
- c) Longo caminho para acessar o transporte público;
- d) Violência contra os jovens da comunidade;
- e) Acesso irregular por ladeiras ou escadas malfeitas;
- f) Nenhuma
- g) Não sei responder

9) Em sua opinião, como você observa a falta de diálogo que o governo tem ao implementar projetos e programas em comunidades populares? (resposta aberta)

10) Em sua opinião, quais as ações positivas que poderiam ser implantadas em sua comunidade?

(resposta aberta)

APÊNDICE F - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - CONDER

Data da entrevista/ horário:

Local:

Entrevistado:

Entrevistador:

1. Quais foram as empresas que executaram as obras do PAC nas respectivas comunidades: Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel?
2. Qual foi o período?
3. Houve mudança de empresa?
4. Se SIM, qual o motivo da mudança?
5. Houve dificuldade para a execução das obras? Quais?
6. Houve diálogo com a comunidade na apresentação dos projetos? A comunidade aprovou o projeto?
7. As obras foram definidas de acordo com as demandas das comunidades? Cite eventuais problemas e descompassos.
8. Quais as obras que já foram executadas em cada comunidade?
9. Em quais comunidades as obras já foram concluídas?
10. Foi criada alguma comissão de acompanhamento das obras com a participação de representantes da comunidade?
11. Como foi realizado o trabalho social?

APÊNDICE G - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - EMPRESAS

Data da entrevista/ horário:

Local:

Entrevistado:

Entrevistador:

1. Sua empresa trabalhou e/ou executou alguma obra do PAC nas respectivas comunidades: Alto do Bom Viver, Bananeiras e Maria Izabel?
2. Qual foi o período?
3. Vocês trabalharam desde o início do projeto ou deram continuidade?
4. Houve mudança de sua empresa para outra?
5. Se SIM, qual o motivo da mudança?
6. Houve dificuldade para a execução das obras? Quais?
7. Houve diálogo com a comunidade na apresentação dos projetos? A comunidade aprovou o projeto?
8. As obras foram definidas de acordo com as demandas das comunidades? Cite eventuais problemas e descompassos.
9. Quais obras sua empresa executou em cada comunidade?
10. Em quais comunidades sua empresa atuou e, vocês conseguiram concluir as obras ou deram continuidade a obra de outra empresa e já concluíram?
11. Foi criada alguma comissão de acompanhamento das obras com a participação de representantes da comunidade?